

habitar entre fragmentos e afetos



habitar: entre fragmentos e afetos

Proposta de sistema cultural por meio
da articulação entre as áreas livres e
públicas do Conjunto Habitacional
José Bonifácio e os equipamentos
existentes

São Paulo | SP

Júlia Caltabiano S. V. Carvalho Rosas

Trabalho de Graduação Integrado II

Universidade de São Paulo | São Carlos
Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Orientação

Prof. Dra. Aline Coelho Sanches
Prof. Dra. Luciana Bongiovanni Martins Schenk
Prof. Dr. Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves

Dezembro, 2021

folha de aprovação

Habitar: entre fragmentos e afetos

Proposta de sistema cultural por meio da articulação entre as áreas livres e públicas do Conjunto Habitacional José Bonifácio e os equipamentos existentes, São Paulo (SP)

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos | SP

Júlia Caltabiano S. V. Carvalho Rosas

banca examinadora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R789h	Rosas, Julia Habitar: entre fragmentos e afetos / Julia Rosas. -- São Carlos, 2021. 115 p.
	Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.
	1. conjuntos habitacionais. 2. sistema cultural. 3. áreas livres. 4. agricultura urbana. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



AtribuiçãoNãoComercial-CompartilhaIgual-CC BY-NC-SA

Prof. Dra. Aline Coelho Sanches

Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Universidade de São Paulo | IAU-USP

Prof. Dr. Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves

Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Universidade de São Paulo | IAU-USP

Professor(a) Convidado(a)

agradecimentos

À minha família, pelos valores que estão presentes em tudo que me proponho, e pelo amor, apoio e incentivo de sempre;

Aos meus amigos, pela motivação, acolhimento e partilha de momentos especiais que muito contribuíram na minha trajetória;

Aos professores arquitetos que participaram da minha formação, em especial aos meus orientadores de pesquisa Eulalia Negrelos e Jeferson Tavares, pelos ensinamentos, carinho e confiança que me proporcionou um enorme crescimento pessoal e profissional;

Aos professores que me orientaram neste trabalho, especialmente Aline, Luciana e Manoel, que estiveram mais próximos do processo de desenvolvimento;

À Camila Cruz, moradora do Conjunto Habitacional José Bonifácio, pela disponibilidade;

Aos que sem querer ou saber me despertaram um ímpeto de mudança e conhecimento.

Muito obrigada pelos vínculos e afetos.

resumo

Os grandes conjuntos habitacionais oriundos da política habitacional da ditadura militar produziram espaços urbanos cuja problemática foi a inquietação que motivou este trabalho. Sendo assim, alguns elementos comuns a esses territórios produzidos instigaram uma investigação, apresentando-se como pontos de inflexão para uma proposta de planejamento e requalificação urbana. Trata-se da abundância de áreas livres e públicas ociosas e destituídas de tratamento, que muitos desses conjuntos habitacionais apresentam.

Apesar dos problemas urbanos que marcam a paisagem e as relações no território analisado, a riqueza e diversidade cultural presente na luta popular pela qualificação desses lugares é de enorme relevância na construção do espaço. Nessa perspectiva, o principal objetivo deste trabalho é exaltar essa camada afetiva, de vínculos e identidade, inerente a qualquer espaço de habitação, por meio da qualificação das áreas livres e públicas residuais do Conjunto Habitacional José Bonifácio, recorte espacial de análise deste trabalho, articulando-as a um sistema de equipamentos existentes, a partir da proposta de cenários de agricultura urbana, apropriação e expressão cultural.

Palavras-chave: conjuntos habitacionais; sistema cultural; áreas livres; agricultura urbana

introdução

O processo de urbanização brasileiro tornou as cidades palcos de dois cenários antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares ao processo de formação da sociedade atual: de um lado, áreas dotadas de infraestrutura, alta qualidade urbanística, preocupação ambiental, servidas por equipamentos públicos e/ou privados e habitadas por pessoas de classe social abastada. De outro, extensas áreas carentes de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, áreas de lazer e postos de trabalho, e habitadas pelas camadas populares da sociedade. Diante desse processo de urbanização, percebe-se a ação do Estado brasileiro que, direta ou indiretamente, desempenhou um papel fundamental para a constituição da cidade atual (MARTINS; OTERO, 2011).

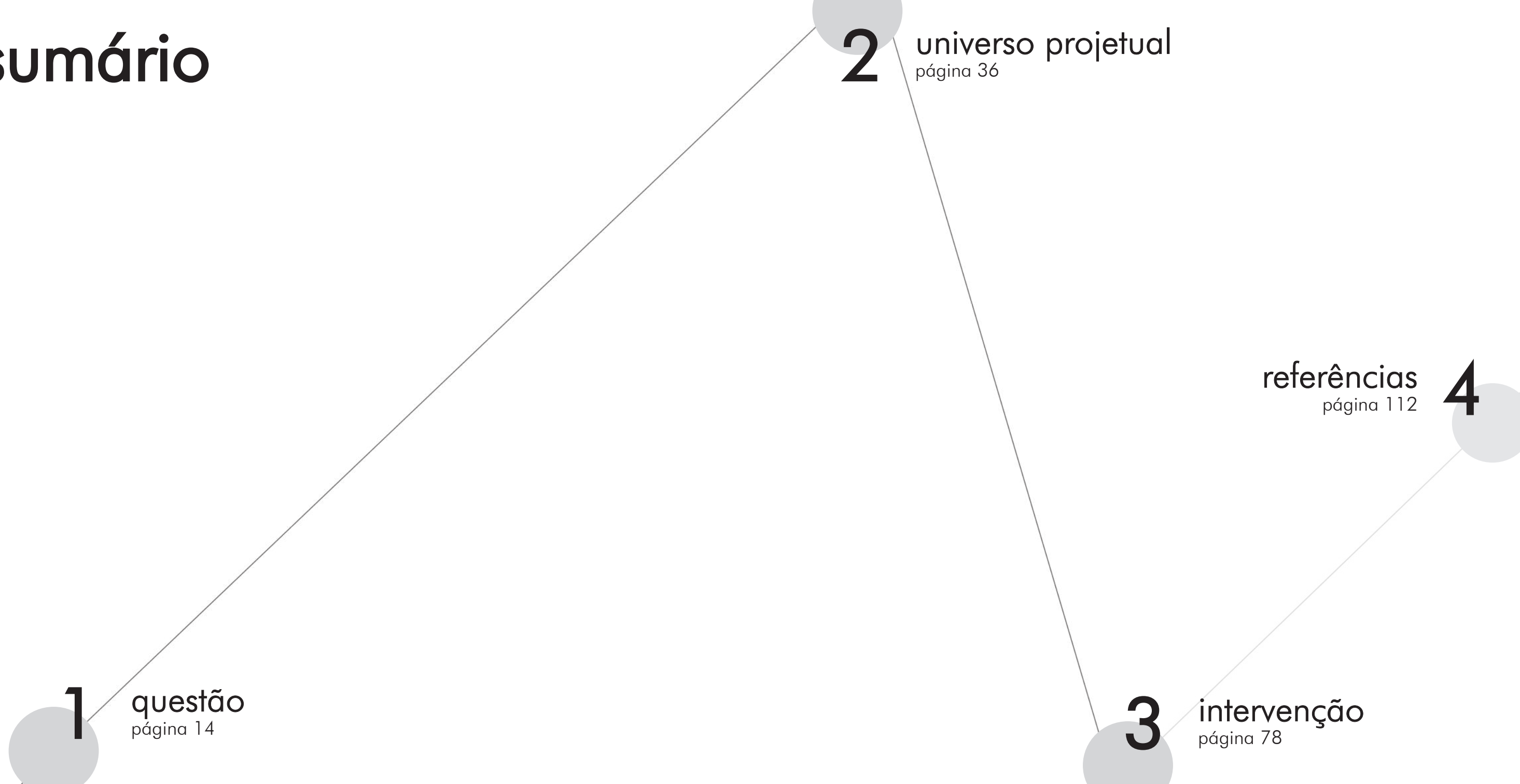
No período de 1964 a 1986, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), acompanhado das Companhias de Habitação (COHABs) fez com que a atuação do Estado nacional tivesse grande relevância na produção do espaço urbano. Embora a política habitacional do período tenha uma grande defasagem entre as propostas colocadas e a real dimensão do problema habitacional nas camadas populares da sociedade brasileira, os resultados quantitativos foram bastante expressivos na constituição urbanística do país.

Diante das problemáticas na implantação dos conjuntos, geradas pela apropriação equivocada dos preceitos da Carta de Atenas em seus ideais modernistas, destaca-se a grande quantidade de áreas livres residuais permeando o território constituído, ponto de partida nas inquietações que resultaram nesta proposta. Os espaços públicos residuais, cuja responsabilidade de cuidado é do poder público, se apresentam altamente negligenciados, o que dificulta a possibilidade de apropriação e se tornam uma problemática dos percursos.

A partir das questões colocadas, este trabalho busca se atentar na formação territorial, tanto no que diz respeito à implantação da exaustiva repetição de lâminas de habitação social, em que se revela um descaso acerca dos espaços livres oferecidos aos seus habitantes, quanto no que se refere à apropriação do espaço, que gera uma identificação dos habitantes com a área, construindo, conseqüentemente, uma rede de afetos.

Portanto, o principal objetivo é exaltar essa camada afetiva e a identidade socioespacial construída, por meio da análise dos equipamentos existentes e das relações que podem estabelecer com as áreas livres residuais oriundas de uma implantação negligente, onde se constroem cenários de apropriação e inserção social.

sumário



questão

14

“O subúrbio todo se condensa para ser visto depressa,
com medo de não repararmos suficientemente
em suas luzes que mal têm tempo de brilhar.”

Carlos Drummond de Andrade

questão

o direito de habitar

Para iniciar este percurso, apropria-se do exercício de abstração proposto por Lefebvre em *O direito à cidade* (2001): imaginar um eixo que parte da inexistência da cidade e do predomínio total da vida agrária, e se encerra na “urbanização cem por cento”, em que há influência absoluta da produção industrial. Esta linha, que interliga as duas hipóteses, é onde podemos alocar as descontinuidades até chegar no ponto em que a expansão das cidades invade os campos. Neste “ponto crítico”, como é chamado pelo autor, paradoxalmente, o modelo de cidade tradicional se desfaz, originando o processo de “industrialização-urbanização”, sobre o qual se constrói a problemática atual da realidade urbana.

No bojo desse duplo movimento de formação das cidades, há o reconhecimento de uma descentralização que, conduzida pela luta de classes, afasta as classes mais baixas do centro, transferindo-as para as periferias. É no decurso dessa dinâmica que as classes dominantes se apoiam ora no mercado, ora no Estado para substituírem o valor de uso pelo valor de troca, por meio de relações de poder assimétricas. Esse contexto é verificado no processo de formação das periferias, onde se torna evidente a distinção apresentada por Lefebvre (2001) entre *habitat* e *habitar*. O primeiro se refere à provisão de uma necessidade básica, e o segundo se coloca como atributo da vida urbana, que exalta a apropriação do espaço pelo indivíduo, valorizando a identificação com o território, as experiências, o estabelecimento de trocas e agregando valor de uso ao espaço.

“A multiplicação e a complexificação das trocas no sentido amplo da palavra não podem continuar sem que existam locais e momentos privilegiados, sem que esses lugares e momentos de encontro se libertem das coações de mercado, sem que a lei do valor de troca seja dominada, sem que se modifiquem as relações que condicionam o lucro. Até esse momento, a cultura se dissolve, tornando-se objeto de consumo, ocasião para lucro, produção para o mercado; o “cultural” dissimula mais de uma armadilha. (...). Se o desejo é superar o mercado, a lei do valor de troca, o dinheiro e o lucro, não será necessário definir o lugar dessa possibilidade: a sociedade urbana, a cidade como valor de uso?” (LEFEBVRE, 2001, p. 79)

Diante dessa contextualização, cabe aqui estabelecer um vínculo com a inquietação que motivou a abordagem e o recorte espacial deste trabalho: o planejamento urbano pautado nos vieses capitalistas que corroboram a marginalização de camadas populares verificado na produção dos grandes conjuntos habitacionais implantados nas décadas entre as décadas de 1960 e 1980 em São Paulo pela COHAB-SP no contexto do SFH/BNH.

Com o golpe militar de 1964, o Estado reformula todo o sistema de produção de habitação popular, no que tange ao “habitar” dos trabalhadores, à racionalidade dos sistemas construtivos, aos baixos custos para as construtoras e ao modo de produção capitalista. Sendo assim, buscava-se inserir os “trabalhadores de forma massiva no sistema habitacional, que, sem subsídio, se mostra francamente um produto mercantil sem a função social conferida no período anterior” (NEGRELOS, 2021, p. 110). A forte argumentação da casa própria, discurso já entoado desde a década de 1930, camufla a baixa qualidade urbana e arquitetônica da habitação como mercadoria, “mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal para o trabalhador”. Portanto, a casa própria é a principal saída para o proletariado que, em um período de grande crescimento urbano, busca um espaço seguro para habitar, onde não esteja exposto ao risco do despejo (MARICATO, 1987, p. 26).

É nessa linha de argumentação que a questão habitacional se coloca no protagonismo das discussões no período do regime militar. No entanto, a massiva produção de unidades desperdiçou uma oportunidade de conferir uma nova dinâmica de planejamento e expansão urbana das cidades brasileiras. Isso é importante para a compreensão da lógica de construção do espaço, sobretudo no que diz respeito à implantação dos grandes conjuntos habitacionais e à forma como eram oferecidos à população. Eram os chamados “bairros-dormitórios”, isolados dos empregos, carentes de equipamentos públicos, e por vezes, até mesmo de infraestrutura urbana básica, construídos em locais de difícil acesso, tornando o deslocamento um martírio na vida de seus moradores (BONDUKI, 2014).

questão

“Para quem vai mudar para uma casa própria, ter a rua calçada ou ajardinante pronto não faz diferença.”

José Celestino Bourroul - presidente da COHAB ao jornal “O Estado de São Paulo” (1979)

“Eu brinco que os conjuntos habitacionais são diferentes dos bairros; os bairros crescem, os conjuntos habitacionais já nascem crescidos, grandes... as pessoas não se conhecem, chegam... e a gente nem chamava isso aqui de moradia, de habitação, a gente chamava de abrigo... as pessoas se abrigavam nas suas portinhas, saíam de manhã para trabalhar e voltavam à noite para dormir.”

Morador ao documentário “Itaquera em Movimento” (2008)

“Somos 4 amigas que moramos no conjunto José Bonifácio, de Itaquera. Aqui existem muitos jovens e crianças que nos fins de semana não tem onde se divertir, por isso tivemos a ideia de montar um cineminha, mas temos poucos recursos e nenhum conhecimento de como fazer isso. Será que o SF poderia nos ajudar?”

Sessão “Suplemento Feminino” do jornal “O Estado de São Paulo” (1987)

À luz da influência da racionalidade industrial sobre a produção do espaço urbano, a questão da moradia reduz-se à multiplicação de unidades habitacionais como proposta de solução da problemática do déficit habitacional. E solução quantitativa por meio da exaustiva repetição de lâminas idênticas no espaço fez com que o trabalhador obtivesse sua moradia, mas perdesse o direito à cidade (OTERO; MARTINS, 2011). Os grandes conjuntos habitacionais produzidos, localizados predominantemente nas franjas urbanas, desprezaram a qualidade do projeto, a identidade cultural, a participação popular e o meio físico, o que é evidenciado na defasagem de uma noção urbanística consistente, concepção essa pautada pelos interesses do setor de construção civil e condicionada pela limitação de recursos (BONDUKI, 2014).

“(...) o espaço, quando é matematicamente considerado, não tem sítios nem lugares. Ou seja, quando o objetivo é construir apenas as urgências através do máximo possível de moradias, em detrimento da qualidade de vida, não se cria condições de habitabilidade” (VIGLIECCA, 2017).

Esse é, portanto, o ponto de partida da inquietação gerada a partir do estudo e da compreensão acerca da produção do espaço urbano a partir dos grandes conjuntos habitacionais das décadas de 1960 a 1980. Diante deste recorte de estudo, desdobram-se algumas observações direcionadoras do olhar de projeto, como características do espaço analisado que, por meio de uma leitura aprofundada do território, apresentam-se como potenciais de intervenção.

No caso dos grandes conjuntos, em especial o Conjunto Habitacional José Bonifácio, cujas delimitações são o recorte deste trabalho, a implantação das unidades habitacionais deixou alguns fragmentos na continuidade do espaço, evidentes na identificação de uma grande quantidade de áreas livres residuais, tanto públicas, como pedaços de terra remanentes do loteamento dos conjuntos implantados, como privadas, observadas na desqualificação dos espaços entre as lâminas de habitação. Neste trabalho, o fio condutor do olhar é guiado pelas áreas livres residuais públicas deste conjunto, onde se revela um grande potencial de intervenção, apropriação e conexão com a rede de identidade territorial já construída pelos habitantes desde a sua implantação na década de 1970.

questão

fragmentos: a construção do ideário

As áreas livres e públicas residuais dos grandes conjuntos habitacionais resultam de alguns fatores importantes do planejamento urbano da época em que tais conjuntos foram implantados. Tanto a apropriação equivocada do discurso modernista de cidade, cujos preceitos foram apresentados na Carta de Atenas no início do século XX, quanto a concepção capitalista de produção do espaço influenciaram o processo de urbanização brasileiro.

Entende-se que os espaços livres são conformadores do espaço urbano, que como identifica Patapas (2001), configura um tecido caracterizado pela interdependência formal entre os elementos presentes no território, pautado sobretudo na relação entre os espaços edificados e as áreas livres. Neste trabalho, os espaços livres residuais e públicos são objetos de atenção e protagonizam as áreas de intervenção da proposta, embora alguns espaços livres privados também sejam considerados.

A tentativa frustrada, na maior parte dos casos, de reproduzir conceitos modernistas na construção dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, mostrou-se bastante incompetente para atender as demandas dos habitantes. Edificam-se conjuntos monofuncionais, distantes do centro, de difícil acesso, com edifícios exaustivamente repetidos na paisagem, unidades habitacionais de dimensões reduzidas, áreas livres ociosas e não tratadas, o que dificulta a apropriação dos espaços que acabam sendo rejeitados ou desconsiderados pelos moradores (BENVENGA, 2011).

Essa problemática é reforçada quando a etapa de construção é priorizada em detrimento do projeto, visando apenas o estímulo do setor de construção civil, o que, além de ter gerado “verdadeiros carimbos com filas intermináveis de predinhos H ou casinhas” (BONDUKI, 2014, p. 69), estampou uma implantação problemática. A negligência com o projeto reforçada pelo “divórcio entre o previsto e o efetivamente construído” e/ou pelo campo ideológico que envolve ganhos políticos e econômicos dos agentes públicos e privados na produção do espaço, corrobora a segregação socioespacial, considerando que além de uma implantação fragmentada, esses novos bairros ainda carecem de serviços e equipamentos públicos (NEGRELOS, 2021, p. 159).

Apresentadas as justificativas da sobreposição de interesses mercadológicos e capitalistas em detrimento de uma lógica urbana inclusiva e fraterna, as áreas livres e públicas residuais dos grandes conjuntos habitacionais iluminam-se em uma perspectiva de analisá-las como possíveis integrantes do sistema de equipamentos existente, como áreas de apropriação e valorização da identidade local.

Nota-se que essas áreas residuais são fragmentos de grandes glebas loteadas, que, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766), o Poder Público pode exigir, em cada loteamento, a reserva de faixas não construídas, sendo estas destinadas a equipamentos urbanos (BRASIL, 1979). No entanto, como já mencionado, existe um descompasso entre a previsão e a realização das obras, o que fez com que essas áreas permanecessem ociosas, podendo ser associadas metaforicamente a fraturas no espaço urbano consolidado, cujos fragmentos compõem, paradoxalmente, uma camada de negligência e potencialidades.

As áreas livres e públicas cedidas ao Estado são estabelecidas a partir de uma implantação feita pelo agente privado, em que a parcela é medida por uma porcentagem, e não por um critério de planejamento. “De maneira geral, os órgãos promotores, mesmo quando instituições locais, como as COHABs ligadas a municípios, não se preocuparam em articular projetos habitacionais com uma estratégia de planejamento urbano.” (BONDUKI, 2014, p. 67). Sendo assim, a empreiteira que constrói sobre determinado terreno pode escolher as áreas a serem cedidas. Nesse raciocínio, coloca-se a reflexão de Lefebvre sobre a atuação do Estado e da empresa: “Em certos países capitalistas, o que é que a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso?” (LEFEBVRE, 2001, p. 84). Portanto, a negligência do Estado somada ao desinteresse dos agentes privados resulta nas inúmeras áreas livres e públicas desarticuladas e ociosas dispersas pelos conjuntos habitacionais, e na carência de equipamentos urbanos e espaços públicos qualificados, que, em teoria, seria a promessa de ocupação dessas áreas.

questão

território e identidade: uma rede de afetos

“Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem”
José Saramago

A linha condutora do olhar de projeto é repleta de nuances e fenômenos sensíveis, construídos pelas relações humanas que se estabelecem nos territórios habitados. No caso deste trabalho, se destacaram as áreas livres e públicas residuais como objetos de análise do meio físico, embora imprima no território um gesto de negligência com o processo de formação das periferias, o que desdobra uma análise mais sensível do espaço.

As periferias são construídas sob um conjunto de fragilidades que impõem uma árdua luta por visibilidade, cujos efeitos podem ser transformados em potenciais de transformação. Essa luta coloca-se como um exercício de cidadania em que o objeto de reivindicação é a própria cidade.

“A busca pelo reconhecimento político que justifica e que é produzido a partir dos usos e contra-usos do espaço público (leia-se “a cidade”) é, no Brasil, historicamente condicionada por códigos de conduta que sustentam a civilidade como prerrogativa para a manutenção de privilégios e, portanto, de desigualdades. ” (NASCIMENTO, 2019, p. 78)

A concepção capitalista e excludente dos espaços urbanos torna as periferias invisíveis aos olhos dos interesses de mercado, não se tratando somente do meio físico, mas também dos indivíduos que habitam aquele espaço, muitas vezes em condições que não fazem jus ao conceito de “habitar” considerado neste trabalho. No caso dos grandes conjuntos habitacionais produzidos nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, suas implantações desconsideram as diversidades regionais, as práticas construtivas e os valores culturais locais. Os “carimbos” do BNH, como ficaram conhecidas as tipologias padronizadas de habitação sobrepuseram os aspectos culturais, ambientais e o contexto urbano do local em que foram implantados. O resultado, em geral, foi a promoção de uma enorme quantidade de unidades

habitacionais sem lhes conferir qualidade urbanística, social e arquitetônica, povoando, dessa forma, as periferias urbanas brasileiras nessa época (BONDUKI, 2014).

A intenção deste trabalho é, portanto, entender o urbano como local de significação, esboçando sobre áreas que imprimem o abandono e a negligência, uma possível rede cultural, favorecendo a visibilidade do que é, ao mesmo tempo, invisível e escancarado: as pessoas e suas formas de expressão.

“(…) o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma congregação, a simultaneidade. Esta forma não tem nenhum conteúdo específico, no entanto, tudo se acomoda e vive nela. É uma abstração, mas contrariamente a uma entidade metafísica, é uma abstração concreta, ligada à prática. ” (LEFEBVRE, 1970, p. 124)

Diante dessa visão sobre como o urbano pode iluminar camadas, ressalta-se a produção cultural das periferias. Riqueza, identificação, pertencimento e resgate da ancestralidade. A organização de coletivos e suas articulações criam um discurso contra hegemônico repleto de ambições para construir uma cidade mais condizente com suas tradições e modos de vida. Isso cria um laço com o território em que se habita, o que se reconhece como uma das questões mais sensíveis e, ao mesmo tempo, concretas da habitabilidade.

Cria-se, dessa forma, uma visão sistêmica entre o meio físico e as abstrações, o abandono e o afeto, o sensorial e o sensível, o fragmento e o todo, formando grandes teias interdependentes que formam camadas de análise sobre o espaço estudado.

“As interrelações entre espaços criam espacialidades dinâmicas, flexíveis e híbridas, enfim cinéticas. Um espaço sobran-te pode ser ponto de encontro de vizinhos, local de atividade econômica ou de circulação. Assim, o interesse em captar a dinâmica social que confere sentido e significados às espacialidades, já que destacam a capacidade contínua de adaptação para interagir com o meio. ” (MENEZES, 2014, s/p)

questão

em busca de conexões

Diante do panorama apresentado, percebe-se que os grandes conjuntos habitacionais foram elementos importantes na formação das periferias das cidades brasileiras. Além disso, a argumentação apresentada traz a constatação de que a política habitacional responsável pela construção desses conjuntos das décadas de 1970 e 1980, em geral, produziu espaços destituídos de qualidade urbanística e arquitetônica, onde se conforma um cenário distante das condições ideais de habitabilidade.

A partir dessas constatações, decorre o primeiro questionamento: **embora seja um espaço urbano onde é explícita a negligência com as condições de habitação, como enaltecer as camadas sensíveis e afetivas que já foram construídas nesse lugar?**

Como já mencionado, o elemento espacial que se destacou no olhar projetual foram as áreas livres e públicas residuais dispersas pelo território. Reconhecendo esses espaços como potenciais de intervenção, manifesta-se um segundo questionamento: **seria possível criar uma visão sistêmica que insira essas áreas em uma rede de equipamentos já consolidados?**

Como resultado da somatória desses dois questionamentos, o indivíduo e as relações que estabelece no espaço tornam-se protagonistas das análises, visto que a intenção deste trabalho é enaltecer a identificação do habitante com seu habitat. Sendo assim, o reconhecimento de áreas de intervenção dispersas pelo território e a proposta de possíveis cenários a partir da leitura territorial visam integrar essas áreas identificadas à rede de equipamentos existentes e configurar, dessa forma, um sistema cultural, cuja riqueza está nas possibilidades de apropriação dos espaços pelos usuários e na relação estabelecida entre eles. Portanto, este exercício de pensar o espaço urbano não se trata de uma proposta restrita a um conteúdo programático, e sim, de cenários e possibilidades. Desse modo, o princípio deste projeto é promover a inserção e a emancipação social a partir da ressignificação de espaços que permitam a manifestação e o enaltecimento dos afetos na periferia.

apropriação dos espaços públicos como pontos de conexão

“Os agentes configuradores da paisagem urbana são indivíduos ou instituições que produzem e modificam a paisagem urbana e nela interferem ininterruptamente através do uso, da ocupação e da apropriação dos espaços livres e construções” (PATAPAS, 2001).

Neste trabalho, a “apropriação do espaço” é entendida como uma adaptação de algo, definindo um uso específico a ele e tornando-o singular. Esse conceito é colocado pela socióloga Serfaty-Garzon (2003), que explica que ao tornar algo próprio, o sujeito transforma-o em uma expressão de si, fazendo com que a apropriação seja, ao mesmo tempo, uma assimilação do objeto pelo sujeito e uma influência do objeto no sujeito. Isso significa que o conceito de apropriação envolve tanto a ação do indivíduo e do espaço quanto a transformação dos mesmos, considerando que a relação entre a pessoa e o espaço é baseada nos aspectos afetivos, interativos e cognitivos, que geram uma certa identificação simbólica (VIDAL; POL, 2005).

Esse entendimento aponta para a riqueza dos percursos e do sistema formado pelos equipamentos culturais, educacionais e de saúde, pelas praças e parques e por áreas passíveis de apropriação, enaltecendo, desse modo, a identidade local.

Embora os espaços propostos não estejam restritos a um conteúdo programático, entende-se que cada um deles responde à lógica da rede configurada no território. Sendo assim, com base em estudos e leituras tanto dentro das delimitações do conjunto quanto do seu entorno, é possível sugerir a formação de um sistema pautado nas expressões culturais observadas e nas relações que estabelece com o território. Portanto, considerando a realidade em que o Conjunto Habitacional José Bonifácio está inserido, constata-se uma forte presença da agricultura urbana como expressão da cultura, o que apresenta um enorme potencial como ponto de conexão nas relações entre os espaços construídos e propostos.



Primeiro passo
conquistar espaços
Tem espaço à nossa
se vire

torquato

questão

agricultura urbana como expressão cultural

“Nós começamos com a horta comunitária e depois a prefeitura destinou 10 bolsas para cuidar das praças da comunidade, da horta e do viveiro. Só que outras mulheres começaram a vir. O nosso bairro é formado principalmente por nordestinos, gente que como eu, quando chegou aqui batalhou muito para se conectar com algo que fizesse sentido para o que carregávamos em nossa memória e nossa história”

Vilma Martins (2019) | Mulheres do GAU

A agricultura urbana não é uma prática recente, embora tenha retornado há pouco tempo às agendas políticas de diversas cidades brasileiras. Desde a antiguidade já existem registros de cultivos de frutas, legumes e hortaliças em espaços urbanos (NAGIB, 2016), mas com o grande adensamento sofrido pelas cidades com a Revolução Industrial no século XIX, esse vínculo começou a se romper e os alimentos passaram a ser produzidos em áreas externas aos novos limites urbanos estabelecidos. Nas cidades brasileiras esse fenômeno é verificado por meio do processo de urbanização ocorrido ao longo do século XX, no qual as periferias e as zonas periurbanas foram adensadas e impossibilitadas de manter a função de cinturões verdes (CALDAS; JAYO, 2019). No entanto, muitas das pessoas que vieram habitar esses espaços trouxeram consigo heranças familiares ligadas ao plantio e cultivo de alimentos, legado que passou a se expressar por meio de pequenas iniciativas de apropriação dos espaços, que, com incentivo de políticas públicas, começaram a crescer, como é o caso das Mulheres do GAU, na zona leste paulistana, por exemplo.

Além disso, a importância da agricultura urbana pode ser vinculada ao ativismo e sua capacidade de reestruturação territorial (REYNOLDS, 2009; NAGIB, 2016), assumindo que muitas das hortas comunitárias surgem em espaços públicos em consequência da mobilização política local, como alternativa de inserção social e emancipação, além da criação de lugares comuns de socialização e ação política (HARVEY, 2014). Com isso, a agricultura nesse meio se expressa de forma a explicitar reivindicações simbólicas do ponto de vista ideológico, valorando as maneiras de conceber as relações sociais e a própria concepção urbanística da comunidade (NAGIB, 2016).



questão

a expressão da agricultura urbana em São Paulo

Na cidade de São Paulo, a implantação dos grandes conjuntos habitacionais da COHAB nas franjas urbanas tornou as terras de cultivo dos cinturões verdes cada vez mais escassas. O grande adensamento proporcionado por esse movimento fez com que a demanda por alimentos crescesse, mas a produção ficasse mais distante, dificultando o abastecimento da cidade. Nesse contexto, desde 1980 o tema da agricultura urbana manifesta-se de diferentes formas nas pautas políticas de São Paulo, promovendo algumas propostas de fomento e incentivo.

De 1983 a 1987, durante a gestão de André Franco Montoro no governo do Estado, primeiro governador de São Paulo eleito por voto direto no processo de redemocratização do país, foi desenvolvido um conjunto de projetos de menor porte voltados à alimentação, cuja ação era de domínio estadual, descentralizando, desse modo, os programas concentrados no Governo Federal. No âmbito da segurança alimentar e nutricional, destaca-se a “Batalha da Alimentação” (SÃO PAULO, 1987), um conjunto de políticas de incentivo à produção e comercialização de alimentos.

“O reflexo desta ação foi o desenvolvimento de mais de 248 mil hortas domiciliares e cerca de 4.700 hortas comunitárias e escolares em praticamente todas as cidades do estado de São Paulo, colaborando com a complementação alimentar de mais de 2 milhões de pessoas. (...). Surpreendente é que, na Região Metropolitana de São Paulo, diversas hortas permaneçam até hoje produtivas, como é o caso das hortas vinculadas à Associação de Agricultores da Zona Leste” (CALDAS; JAYO, 2019, s/p).

De 2001 a 2004, na gestão de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, algumas iniciativas ganharam destaque em âmbito municipal. Foi instituído o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município São Paulo (PROAURP), cujos objetivos eram voltados ao combate à fome, ao incentivo da produção para autoconsumo e à redução do custo dos alimentos para consumidores de baixa renda (SÃO PAULO (SP), 2004). Por influência da implementação deste programa, de 2005 a 2021, nos governos de José Serra e Gilberto Kassab também na prefeitura de São Paulo, destaca-se a criação

de dois programas: o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) e o Programa Parques Lineares. Esses dois projetos dialogam muito com a proposta deste trabalho. O primeiro visa a integração entre áreas de interesse ambiental e equipamentos de saúde e educação. Hoje, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, apresenta mais de 1.500 projetos de limpeza de manutenção de praças, criação de hortas comunitárias e participação nas merendas escolares (CALDAS; JAYO, 2019). O segundo consistiu na criação de parques nas margens dos córregos e rios recuperados pelo governo estadual, sendo que muitos desses espaços disponibilizados foram apropriados pela sociedade civil, onde foram instaladas hortas comunitárias, como é o caso da Horta das Corujas, na Vila Madalena, bairro da zona oeste de São Paulo, apresentada na foto anterior.

Já na gestão de Fernando Haddad, de 2013 a 2016, na prefeitura de São Paulo, ocorreu a promulgação da Lei 15.920/2013, que estabelece os componentes municipais do Sistema Integrado Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, visando incentivar e assegurar o direito à alimentação adequada. Além disso, no Plano Diretor Municipal de 2014, a agricultura urbana e periurbana foi reconhecida e incentivada, apoio presente na subseção de qualificação urbana e ambiental (SÃO PAULO (SP), 2014). A partir disso, a sociedade civil sentiu-se mais amparada e disposta a assumir a ocupação de determinados espaços para a formação de hortas comunitárias, estabelecendo grupos e movimentos de ação, como é o caso da Rede Hortelões Urbanos, do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA) e da Associação de Agricultores da Zona Leste, por exemplo.

Com isso, percebe-se a grande presença que a agricultura urbana vem marcando nas pautas políticas do estado e do município de São Paulo. Ainda nessa perspectiva, nota-se também a importância da constituição dos espaços de agricultura na cidade sob os vieses de segurança alimentar, de expressão cultural e de manifestação política, o que constitui um forte argumento de apropriação e transformação das áreas públicas, muitas vezes, abandonadas e ociosas, atribuindo-lhes um caráter socioambiental, cultural e identitário. Ademais, essa estratégia de ocupação pode ressignificar os vínculos interpessoais e a conexão entre indivíduo, cidade, política e natureza.

questão

disposição das iniciativas de agricultura urbana em São Paulo

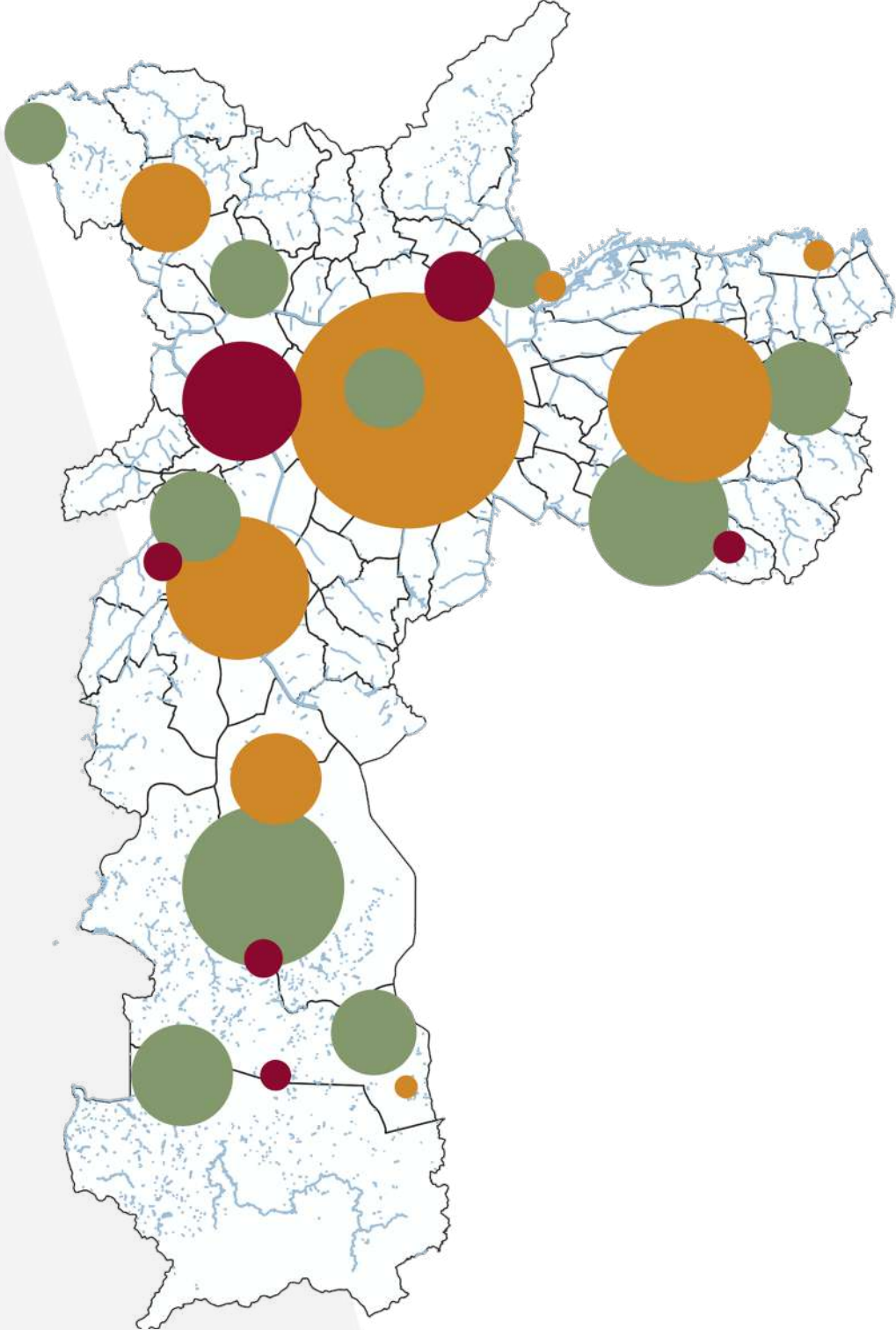
Este mapa permite a percepção espacial da distribuição das iniciativas de agricultura urbana no município de São Paulo, compreendendo as áreas de plantio, os espaços de comercialização dos produtos e as iniciativas e políticas públicas, representadas tanto por ações pontuais em espaços específicos, como também por institutos de pesquisa, organizações de ação social e os locais consolidados por meio delas.

A partir de informações retiradas do mapeamento realizado e disponibilizado pela plataforma “Sampa+rural”, da prefeitura de São Paulo, a análise do mapa permite depreender que há uma forte presença de atividades de plantio nas porções sul e leste do município, sendo que na zona leste também há uma importante presença de comércios ligados à agricultura. Percebe-se, portanto, que a zona leste apresenta fortes traços de produção, plantio e trocas comerciais dos produtos, o que impulsiona a proposta apresentada neste trabalho

No entanto, é na região central onde se destacam os espaços de troca dos produtos da agricultura urbana. Além disso, é possível perceber que as iniciativas e políticas públicas estão concentradas, em sua grande maioria, na zona oeste do município.

- agricultura urbana (agricultores autônomos, hortas urbanas, hortas em equipamentos públicos, aldeias guarani)
- mercados e feiras livres (feiras livres municipais, feiras orgânicas, serviços para agricultura, comércio parceiro de orgânicos, restaurantes com orgânicos)
- iniciativas e políticas públicas (institutos de pesquisa e extensão, iniciativas da sociedade civil, hortas comunitárias, grupos de ações sociais ligadas à agricultura, missões ambientais, compostagem comunitária, viveiros públicos)

fonte: elaboração da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021
fonte das informações: Sampa+rural, 2021



questão

agricultura urbana na zona leste paulistana

Diante das informações expostas anteriormente, nota-se que a zona leste paulistana apresenta uma grande força de expressão da agricultura urbana. O mapa ao lado localiza as iniciativas cartografadas pela Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) que se encontram no entorno dos limites do Conjunto Habitacional José Bonifácio, recorte projetual deste exercício de TGI.

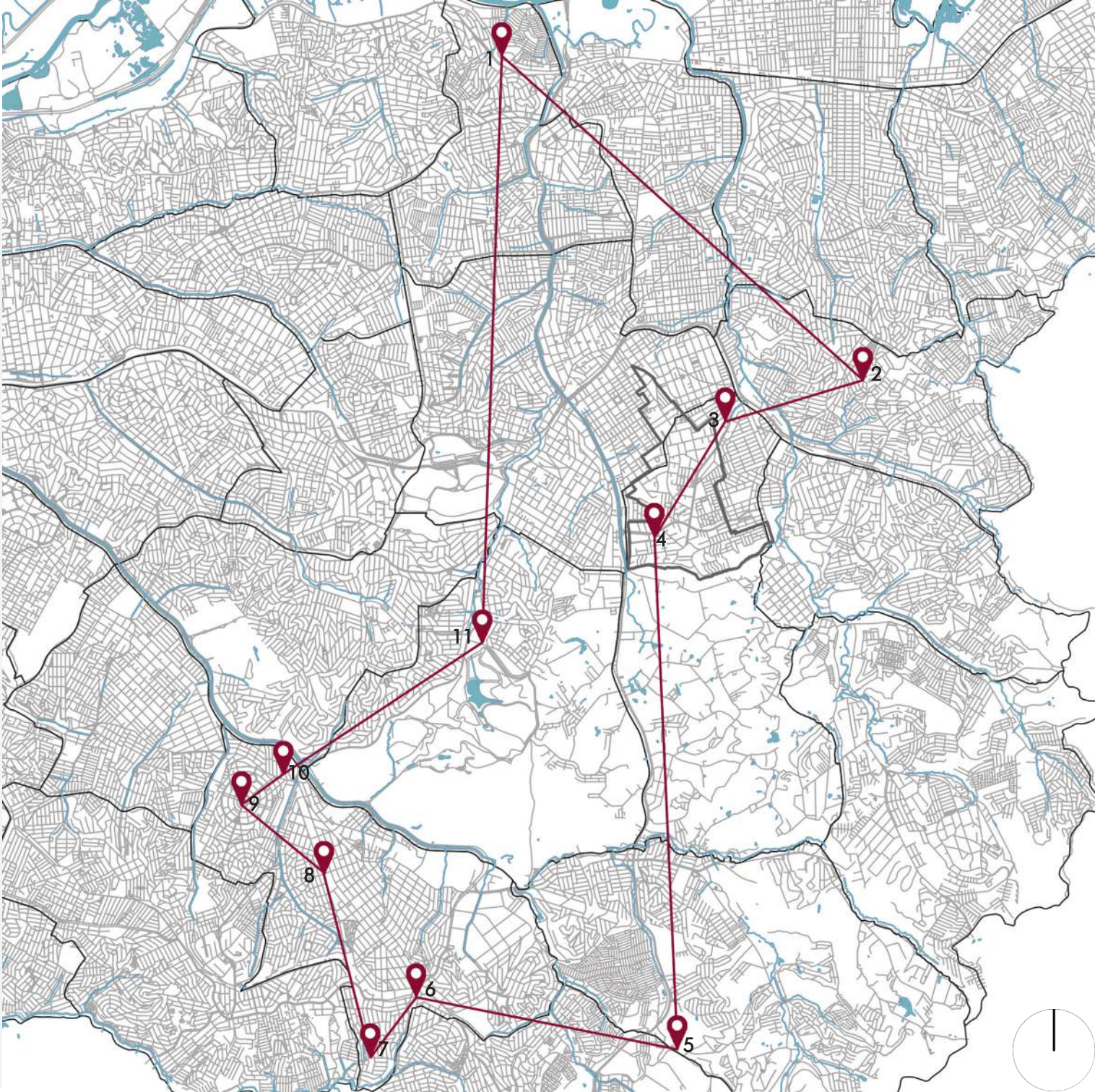
É possível depreender que a maior parte das localidades apresentadas neste mapa são caracterizadas pela produção de alimentos. No entanto, vale ressaltar que os locais mapeados são apenas os reconhecidos pela AAZL e se restringem ao entorno imediato da área de interesse deste trabalho e, portanto, existem alguns outros locais de comércio de produtos agrícolas que não foram apresentados nesta cartografia. O objetivo deste mapeamento é ilustrar a quantidade de iniciativas que envolvem a área de projeto, o que reforça o argumento de que a agricultura urbana possui um valor cultural imerso na região em que o conjunto estudado está inserido.

“Verificamos que a cultura rural estava ali, preservada por família que vieram do interior de São Paulo, do Paraná e do Nordeste e que tinham o hábito do plantio, da troca e do uso de plantas medicinais”

Vandineide dos Santos
Funcionária da Subprefeitura
de São Mateus

- | | |
|----------------------------------|----|
| Mulheres do GAU | 1 |
| Horta Comunitária Vila Nancy | 2 |
| Horta Comunitária da Mata | 3 |
| Horta Comunitária José Bonifácio | 4 |
| Sítio Acolhedor | 5 |
| Horta SABESP | 6 |
| Horta Sabores da Vitória | 7 |
| Horta Mateo Bei | 8 |
| Fazendinha do Imperador | 9 |
| ONG Cidades Sem Fome | 10 |
| Feira Orgânica Parque do Carmo | 11 |

fonte: elaboração da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021
fonte das informações: Sampa+rural, 2021



universo projetual

a construção de um método de leitura do espaço

“(...) Cohab 2, a Cohab doce. É doce, mas num é mole não. Sem romance. É doce porque tem gente com coragem, é doce porque tem ação e reação. (...) Se quebrada ela é assim, imagina ela inteira?”

Aurora Oliveira
Coordenadora da Casa de Cultura Raul Seixas

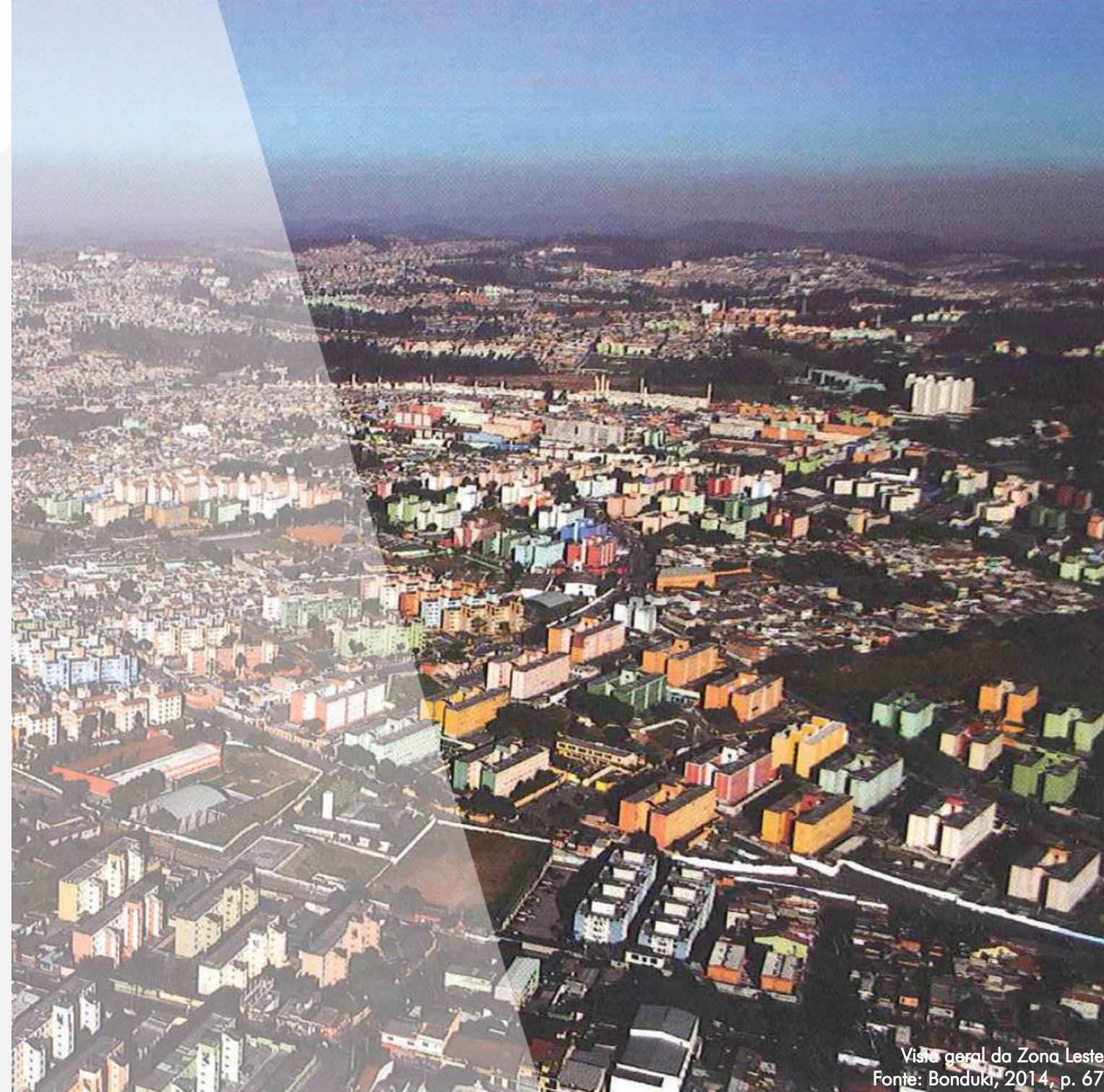
universo projetual

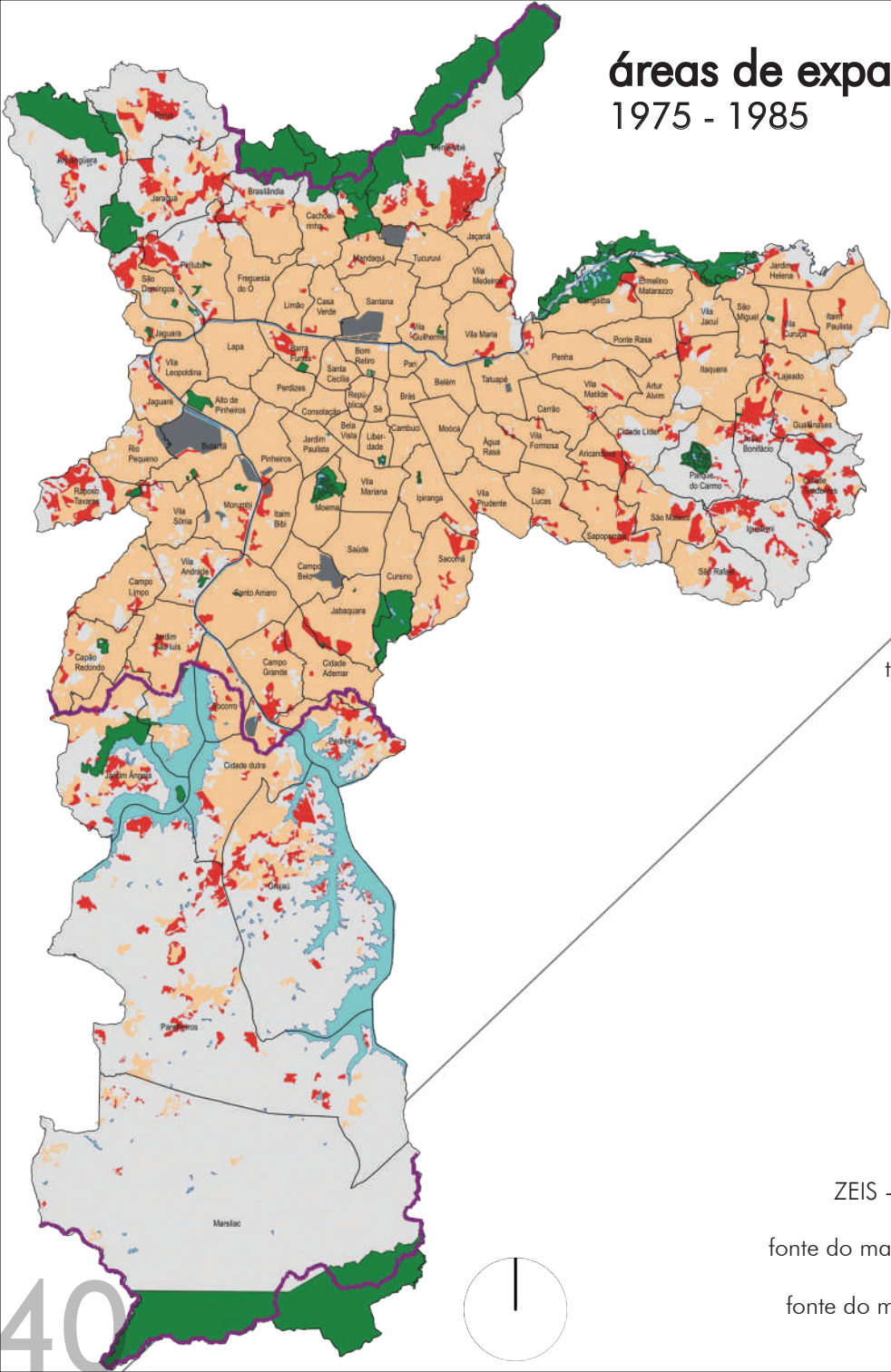
perspectivas da zona leste paulistana a partir de 1960

Frente às questões colocadas anteriormente, percebe-se a inquietação relacionada ao processo de formação das periferias brasileiras, à produção habitacional nelas implantada e à configuração de um espaço segregado e destituído de qualidade urbana. Sendo assim, o universo projetual começa a ser explorado a partir das perspectivas da zona leste, para que se depreenda o contexto urbano em que o conjunto habitacional estudado está inserido. Nessa perspectiva, é importante colocar a relevância das leituras espaciais e sensíveis do território em diversas escalas para este trabalho.

A zona leste de São Paulo é uma região cuja paisagem é reconhecida pela reprodução exaustiva dos modelos padronizados de habitação, que ficaram conhecidos como “carimbos do BNH” (BONDUKI, 2014), o que se mostra evidente na foto ao lado. Essa é uma das características que correspondem às inquietações levantadas, fator que instigou a investigação e entendimento da formação do local. Entre os anos 1960 e 1980, a atuação da COHAB na formação urbanística da zona leste paulistana foi bastante expressiva. De acordo com D’Andrea (2008), a zona oeste teria apenas 2 conjuntos habitacionais; a zona norte, 14; a zona sul, 19; enquanto a zona leste teria 39, concentrando aproximadamente 700 mil habitantes. Isso indica que as intervenções feitas pela COHAB-SP, no contexto da vigência do Sistema Financeiro da Habitação/Banco Nacional da Habitação (SFH/BNH), marcaram profundamente a paisagem urbana do município de São Paulo, e sobretudo da zona leste, onde estão concentradas 68% das unidades construídas (NEGRELOS, 2021).

Muitos autores tecem críticas a esses cenários estabelecido nas “franjas urbanas” do município que, desarticulados das políticas urbanas e sem qualidades urbanísticas, apresentam “incapacidade de se inserirem em um planejamento da expansão equilibrada das cidades” (BONDUKI, 2014, p. 68). Bolaffi (1975) também apresenta críticas inspiradas na Carta de Atenas à concepção urbanística dessas periferias, mencionando, sobretudo, a segregação espacial das funções urbanas e a concepção dos conjuntos habitacionais como “bairros-dormitórios”, destituídos de trabalho e serviços no local.





áreas de expansão urbana 1975 - 1985

terrenos adquiridos pela COHAB-SP
entre 1975 e 1985

distritos atuais

parques atuais

referências urbanas

corpos d'água

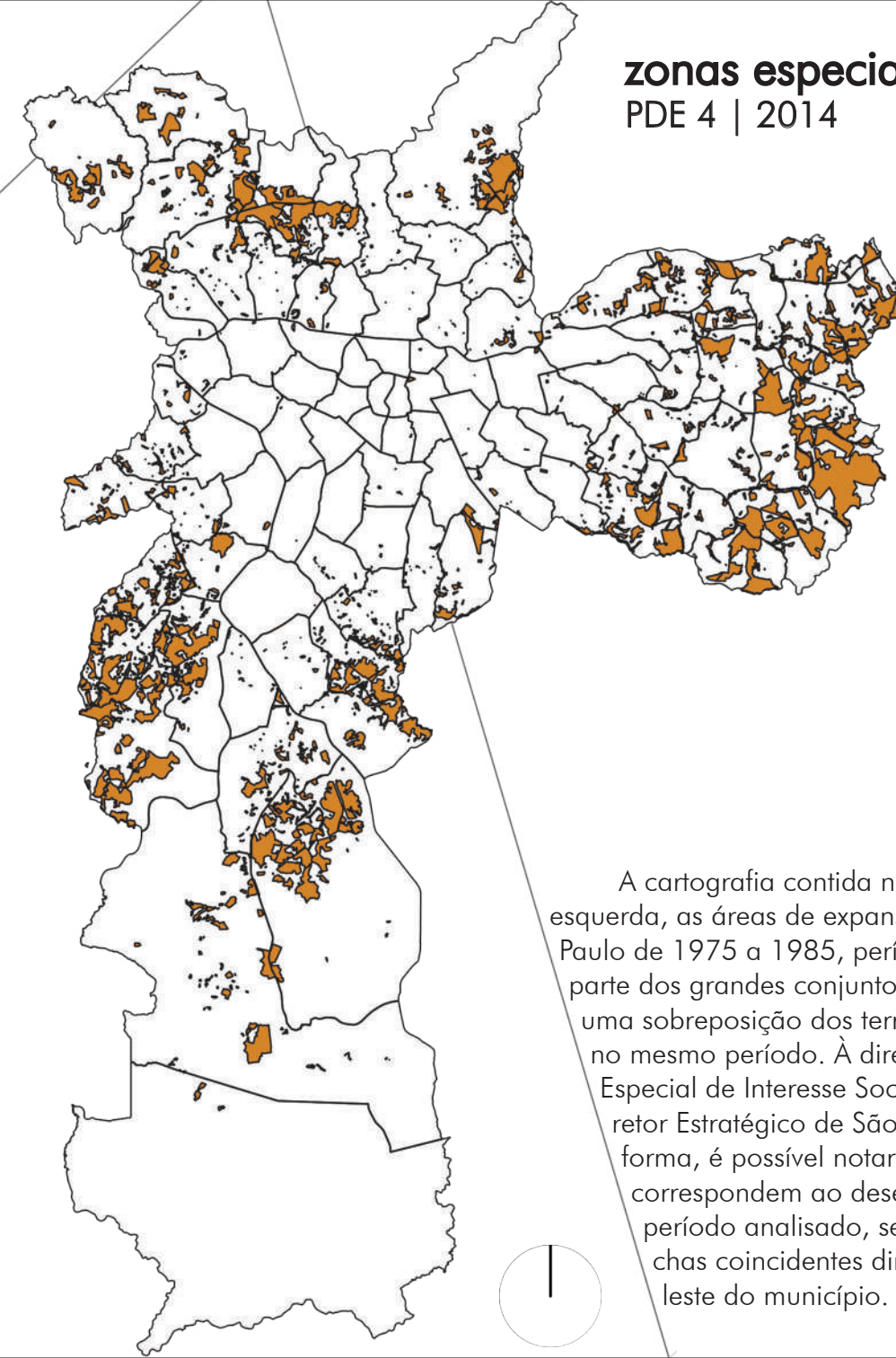
limite da área de proteção de
mananciais

área urbanizada até 1974

área urbanizada de 1975 a 1985

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

fonte do mapa à direita: EMPLASA, 2002/2003;
adaptado por OTERO, 2009
fonte do mapa à esquerda: GeoSampa, 2017



zonas especiais de interesse social PDE 4 | 2014

A cartografia contida nesta página mostra, no mapa da esquerda, as áreas de expansão urbana do município de São Paulo de 1975 a 1985, período de implantação da maior parte dos grandes conjuntos habitacionais da COHAB, com uma sobreposição dos terrenos adquiridos pela COHAB no mesmo período. À direita, observa-se as áreas de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) instituídas pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado em 2014. Dessa forma, é possível notar que as zonas de interesse social correspondem ao desenho das áreas de expansão do período analisado, sendo que grande parte das manchas coincidentes direcionam o olhar para a porção leste do município.

universo projetual

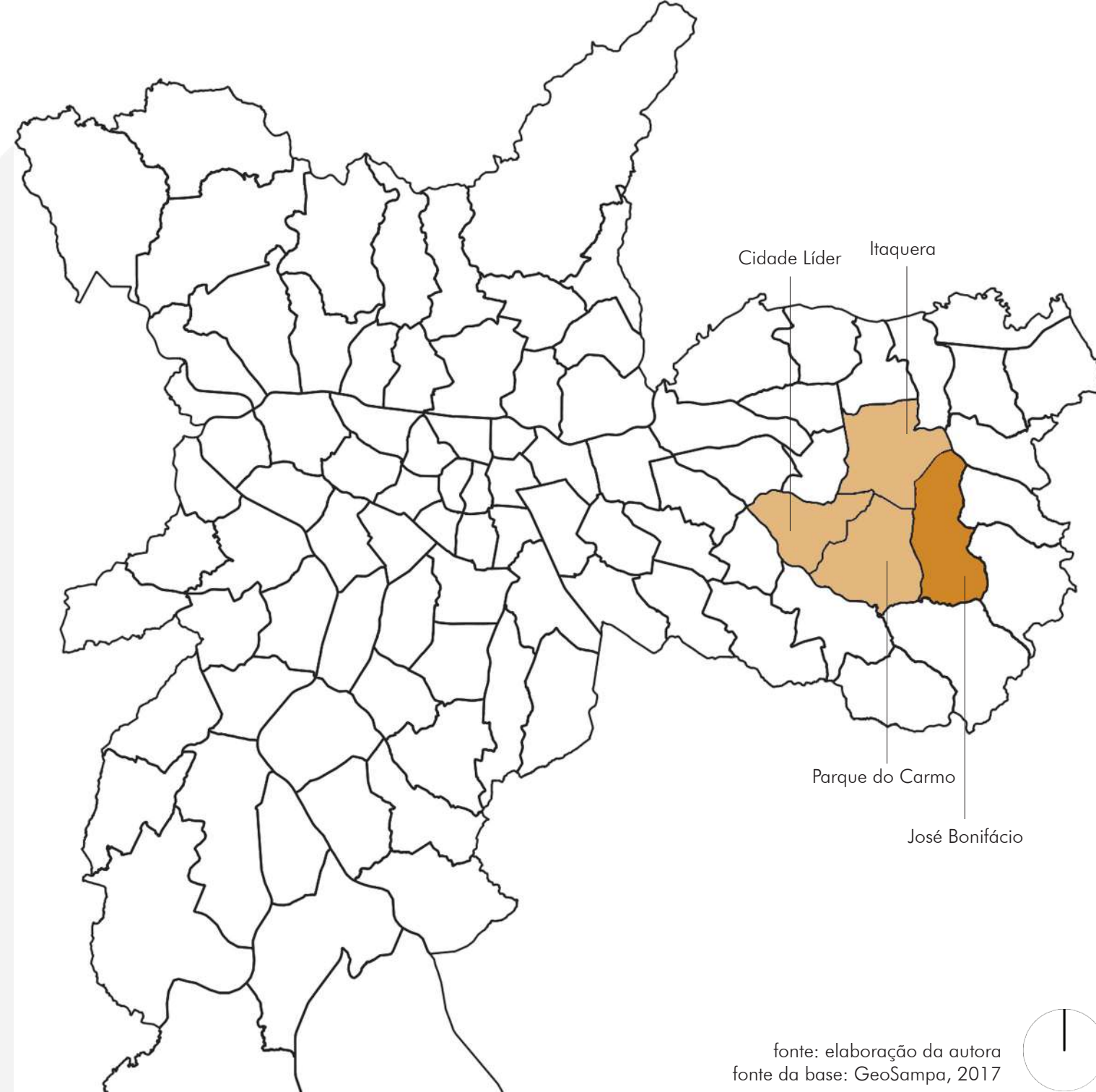
um olhar para a subprefeitura de Itaquera

Aproximando-se ainda mais do conjunto abordado neste projeto, destaca-se a subprefeitura de Itaquera, que abrange os distritos de Itaquera, José Bonifácio, Cidade Líder e Parque do Carmo, apontados no mapa ao lado. Embora a zona leste de São Paulo contenha muitos conjuntos habitacionais implantados no contexto de vigência do SFH/BNH, essa realidade é ainda mais expressiva conforme se distancia do centro. A 17 quilômetros de distância, a subprefeitura de Itaquera apresenta alguns pontos relevantes que merecem ser considerados neste trabalho.

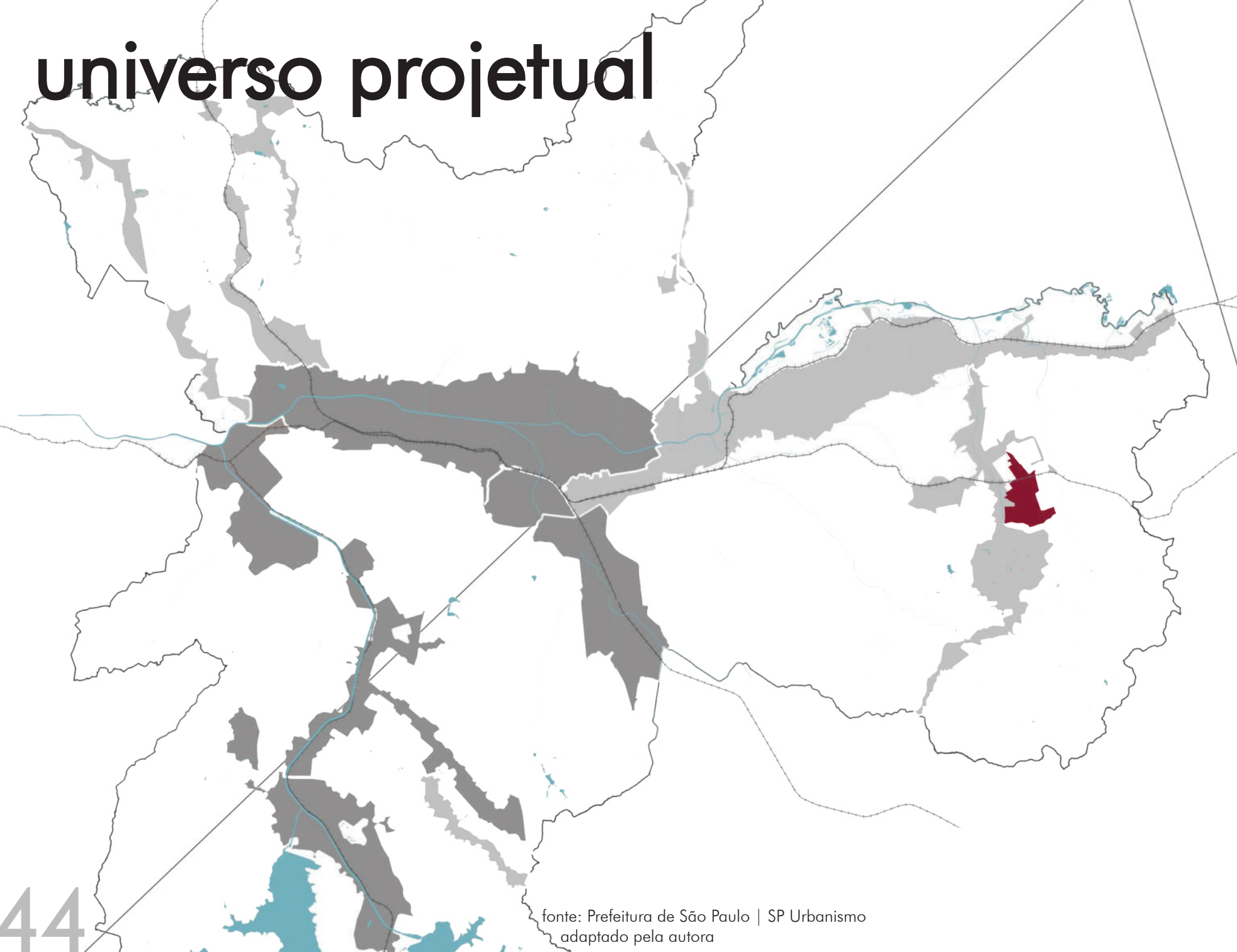
A região do extremo leste do município teve uma urbanização mais recente, tendo atravessado um longo período rural. A produção agrícola era bastante expressiva, e até a década de 1950, a colônia japonesa, que habitava a região desde 1920, mantinha sua produção de hortifrutigranjeiro. Nessa perspectiva, a Festa do Pêssego, celebração dos japoneses, marcava o forte caráter agrícola da área, sendo o acontecimento social mais importante de Itaquera no período (RAMALHOSO, 2013).

Além disso, a presença da mão de obra migrante nordestina no processo de industrialização paulistana, a partir de 1940, tendo se intensificado em 1950, também contribuiu para que muitos deles buscassem moradias nas periferias da cidade. A região era cortada pelos trilhos da Central do Brasil, sendo a principal ligação no sentido Leste-Oeste do município, cuja linha atravessava o centro da cidade. A lotação dos trens já era uma problemática trazida desde então, considerando que a população operária tinha que se deslocar diariamente para seus trabalhos em outros pontos da cidade.

Com a política habitacional do regime militar, a COHAB-SP adquiriu terrenos, sobretudo nas periferias de São Paulo, como já foi mencionado. Itaquera possuía grande quantidade de terras disponíveis para a construção dos conjuntos, e sendo assim, originou o que hoje pode ser chamado de “complexo de Itaquera”, composto pelos conjuntos Padre José de Anchieta, Padre Manoel da Nóbrega, Padre Manoel de Paiva e o José Bonifácio (NEGRELOS, 2021), sendo o último citado objeto de estudo deste trabalho, cujo distrito em que se insere está destacado dos demais que compõem a subprefeitura de Itaquera no mapa ao lado.



universo projetual



fonte: Prefeitura de São Paulo | SP Urbanismo
adaptado pela autora

recorte

Conjunto Habitacional José Bonifácio

universo projetual

o território de intervenção e metodologia de análise

O Conjunto Habitacional José Bonifácio, também conhecido como Cohab II, foi implantado entre 1978 e 1981. Localizado na subprefeitura de Itaquera, mais precisamente no distrito de José Bonifácio, ocupa uma área de 281,3 ha com uma população estimada de 102.300 habitantes, sendo propostas mais de 20 mil unidades habitacionais (NEGRELOS, 2021). Segundo Tavares (1987), foi implantado sobre um espigão entre os rios Jacu e Itaquera, no sentido norte/sul, e a proporção que este conjunto assume causa admiração, aproximando-se da dimensão de algumas cidades brasileiras.

É curioso que o conjunto, localizado no distrito de José Bonifácio que, de acordo com o censo de 2010, possui 108.366 habitantes (IBGE, 2010), apresenta uma população de 102.300 habitantes. Isso representa cerca de 94% das pessoas que habitam o distrito, isto é, 94% dos habitantes de José Bonifácio estão na delimitação do conjunto habitacional.

Para início de análise e considerando o escopo do projeto proposto, foi feita uma leitura mais sensível do território. A intenção desse projeto é valorar a camada afetiva da periferia, que acontece em meio ao caos e a inúmeros problemas socioespaciais. Para isso, faz-se conveniente um resgate histórico por meio de relatos pessoais e de projetos protagonizados pelos moradores do conjunto, além de entender os processos de formação urbana da região.

Posteriormente, foi feita uma leitura cartográfica do território, considerando camadas importantes para a compreensão das redes de equipamentos que se conformaram, entendendo melhor as carências e demandas desse sistema. Além disso, também é importante mencionar que a visita ao local de projeto permitiu um primeiro contato com alguns habitantes e iniciativas que já estão em vigência, como o Projeto Cria Ativa, do Grupo da Mata, que tem como principal objetivo articular uma rede das produções culturais do Cohab II e exaltar essa camada sensível do lugar. Portanto, o projeto proposto neste trabalho dialoga com iniciativas como essa, tendo em vista a concepção de espaços de caráter cultural que apresentem uma versatilidade e que apresentem uma conexão com a rede de equipamentos existente. Sendo assim, é importante reiterar a importância do processo de palmilhar o território e perceber as nuances das relações existentes.



universo projetual

um breve resgate da ancestralidade

“Eu agradeço aos que nos antecederam, a construção desses espaços mudou nossa trajetória e que quero ver quem vai peitar pra tirar nois daqui agora”.

Paola Hernandez, 2020

Paola Hernandez, moradora e pesquisadora da Cohab José Bonifácio, desenvolveu em 2020 um projeto de pesquisa intitulado: “OcupAÇÃO dos Espaços: Trajetória de lutas e conquistas, que desenvolveram o bairro Cohab José Bonifácio”. Tal investigação teve como produto um documentário em que os moradores compartilhavam memórias e narravam a história do Conjunto Habitacional José Bonifácio sob as suas perspectivas. Neste espaço, portanto, apropria-se desses relatos para resgatar a ancestralidade desse lugar, visto que a análise do território visa destacar essa camada sensível.

Evaristo dos Santos, Benedito Tadeo, Maria Alves, Ricardo Spilla, Renata Ferreira, José Arcanjo, Zézilo Santos, Francisco Inacio, Fabia Inacio contam que no tempo em que as principais avenidas eram de terra, haviam poucas casas e assistiam à passagem das boiadas que vinham de São Miguel e seguiam para Mauá. Lembram que tiveram a infância marcada pela presença do rio Jacu, onde “pegavam peixinhos” enquanto suas mães lavavam as roupas, porque nessa época faltava água encanada, que era de poço.

Na época de implantação do conjunto, muitas dificuldades eram evidentes. Além da falta de água, também não tinha serviço de luz, “não tinha nada”. Relatam com muito pesar as enchentes sofridas, que acabaram com boa parte de seus patrimônios. O deslocamento também era visto como um martírio. Zézilo relata que saía para trabalhar às 6 horas da manhã e retornava à 1 hora da madrugada e conta que, muitas vezes, tinha tanta gente no ponto, que os ônibus de outros destinos eram invadidos e obrigados a mudar sua rota para atender as demandas de quem havia entrado.

Revelam que os primeiros habitantes chegaram no conjunto ainda em 1979, antes mesmo de ele ser inaugurado. Não havia mercado e não tinha nenhum tipo de comércio e os serviços de saúde

também exigiam um grande deslocamento. Diante de tantos problemas que as pessoas enfrentavam, a construção do espaço se deu com muita luta e reivindicação. Ricardo Spilla elucida que as pessoas, mesmo que não fossem remuneradas, se doavam por uma melhor qualidade de vida, e ilustra essa fala compartilhando uma memória de seu pai, que plantou as árvores que hoje compõem os canteiros próximos à sua casa.

Sendo assim, manifesta-se uma imensa gratidão aos ancestrais pela trajetória de luta pelo espaço. Zézilo expressa seu contentamento com as melhorias promovidas nos governos em que Luiza Erundina, da Marta Suplicy e do Fernando Haddad foram prefeitos. Relata que a praça Brasil, principal praça do conjunto, recebeu reformas nesses três governos. Em contrapartida, a insatisfação com os espaços de lazer oferecidos era grande, o que instigava lutas, que muitas vezes eram interpretadas como se estivessem se posicionando contra a construção de novas moradias nos espaços ociosos.

“A gente brigava ‘pra’ ter espaço de lazer mas não é porque a gente não queria que tivesse mais moradia. O que a gente não queria era comprimir cada vez mais o espaço que nós tínhamos aqui com mais gente”.

Zézilo Santos, 2020

Os relatos resgatam um histórico de bastantes dificuldades, mas que destacam as lutas. O empenho para tornar o território um lugar em que os habitantes se identifiquem, escancara a ânsia pela visibilidade cultural dos moradores da Cohab José Bonifácio, almejando espaços que acolham e que possam ser ressignificados.

“Eu costumo dizer, e isso eu aprendi com a minha mãe, que cultura é uma questão de saúde. Ela faz parte, ela ‘tá’ dentro desse perfil social da pessoa, do cidadão” .

Evaristo dos Santos, 2020

universo projetual

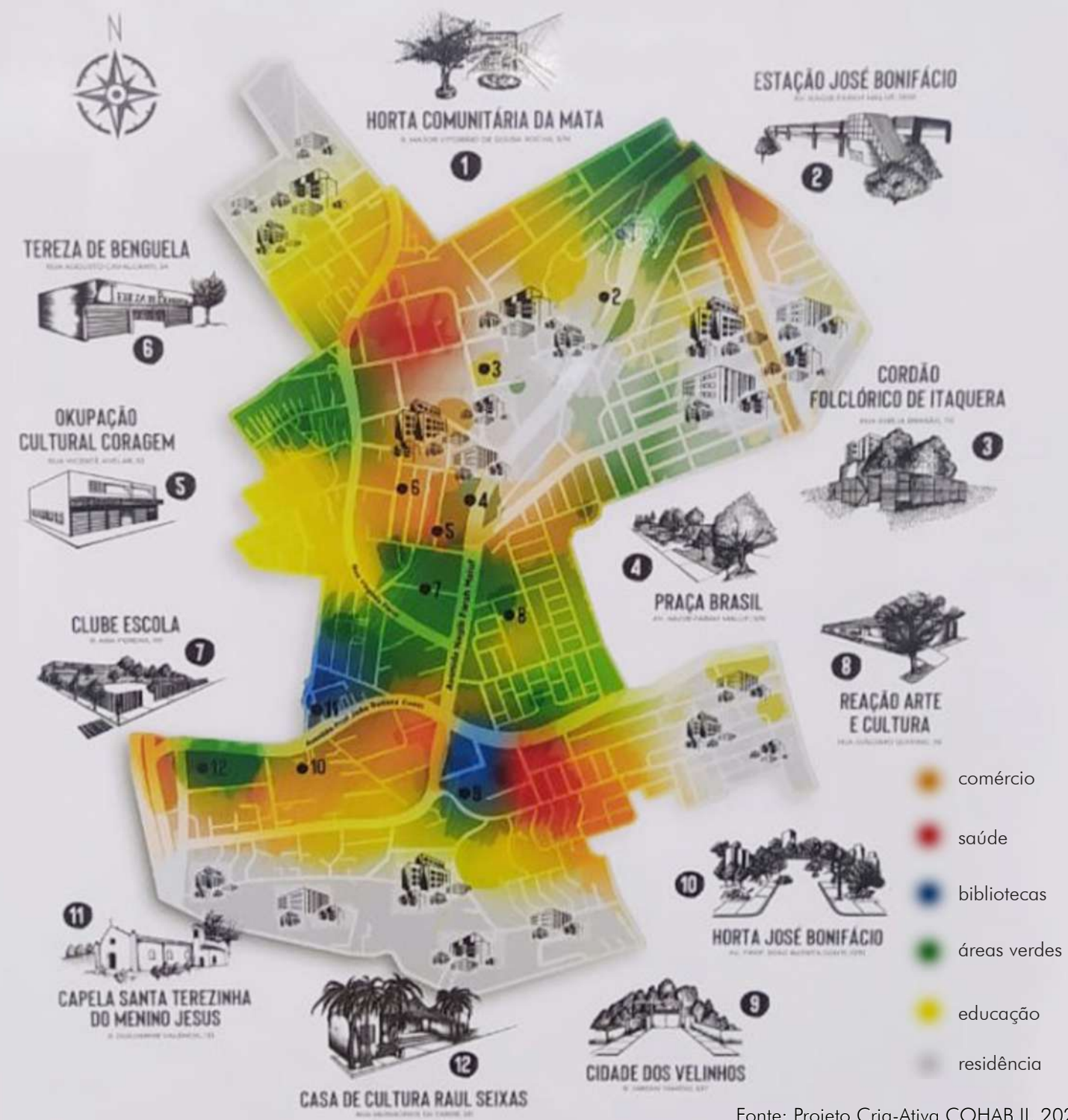
reconhecendo as redes culturais da COHAB II

O contato com o “Projeto Cria-Ativa” da Cohab José Bonifácio foi uma grande referência nas primeiras aproximações com a proposta de um sistema de que promova a inserção social a partir da relação entre os equipamentos existentes e os espaços propostos.

O projeto, que pertence ao Grupo Da Mata, tem como objetivo articular os coletivos culturais que atuam na Cohab José Bonifácio. Sendo assim, mapearam o “Território Cultural da Cohab II”, que foi utilizado, neste trabalho, para atualizar a camada de leitura dos equipamentos culturais do conjunto. Além disso, utilizam essa rede como instrumento para “reivindicação de espaços de lazer e promoção da afetividade na periferia” (Projeto Cria-Ativa, 2020).

Fazem parte dessa rede diversas iniciativas, como a Horta Comunitária da Mata; a Ocupação de Mulheres Tereza de Benguela, que acolhe vítimas de violência doméstica; a Okupação Cultural Coragem, que é um espaço de vivência cultural periférica; a Casa de Cultura Raul Seixas; o Reação Arte e Cultura; o Cordão Folclórico de Itaquera, que reúne grupos cujos históricos são ligados a espaços culturais na região; e espaços, como o Clube Escola, a Capela Santa Terezinha do Menino Jesus, a Cidade dos Velhinhos, a Horta José Bonifácio, a Praça Brasil e a Estação José Bonifácio, lugares estes que foram reconhecidos como parte da cultura local.

A partir deste mapeamento, também foi possível depreender a presença dos espaços de plantio identificados como espaços culturais pela própria comunidade, como a Horta Comunitária da Mata e a Horta José Bonifácio. Além disso, um dos maiores anseios do Projeto Cria-Ativa é que as periferias façam parte do roteiro turístico da cidade de São Paulo, por meio do seu patrimônio imaterial. Com isso, mapearam um território cultural como exercício de pensar o espaço como atrativo para receber pessoas. Esse aspecto é relevante para que, posteriormente, o recorte prejetual seja compreendido.



universo projetual

leitura cartográfica

limites da área de intervenção

Este mapa apresenta morfologicamente o Conjunto Habitacional José Bonifácio (ou COHAB II) com os principais rios que a envolvem (Jacu e Itaquera), a linha férrea, que hoje pertence à Linha 11 - Coral da CPTM, e os principais eixos viários.

A delimitação externa, representada com a cor cinza, corresponde à ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) demarcada no Plano Diretor Estratégico de 2014 sobre a área. Já as linhas que subdividem o conjunto internamente, representadas com a cor laranja, são correspondentes à setorização feita pela COHAB-SP (TAVARES, 1987), cuja ordem de implantação dos projetos habitacionais confere com a ordem alfabética colocada.

Percebe-se, portanto, que a delimitação da ZEIS abrange uma área maior do que a somatória das glebas setorizadas, pois os mapas fornecidos pela COHAB-SP e analisados nesta leitura territorial tiveram sua última atualização em 2009. Portanto, neste trabalho, foi considerado o limite da ZEIS, retirado do Plano Diretor Estratégico de 2014.

principais eixos —

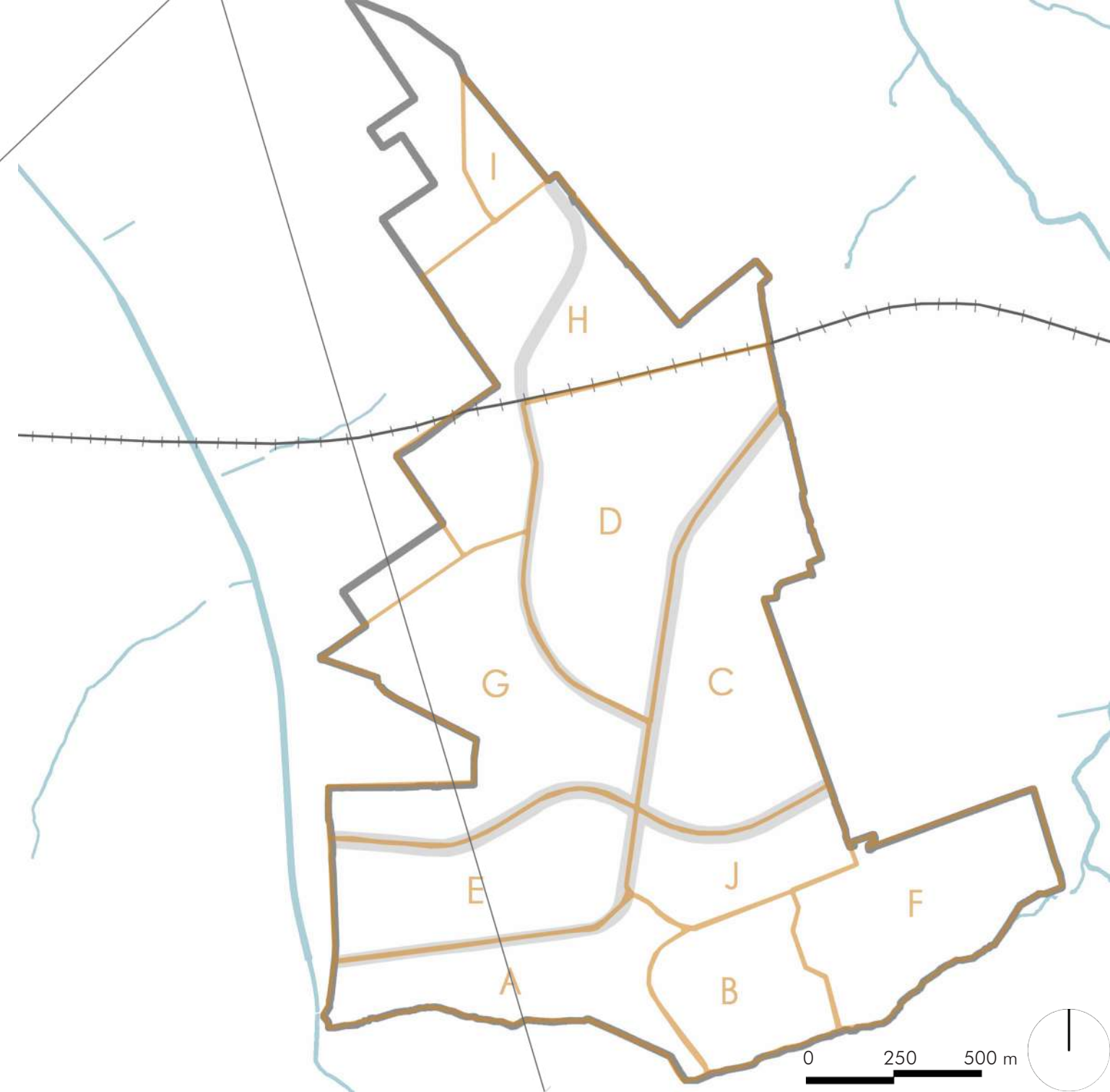
linha férrea ++

corpos d'água —

limite da ZEIS —

setorização das glebas —

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021
fonte do mapa de setorização: Tavares, 1967



universo projetual

leitura cartográfica

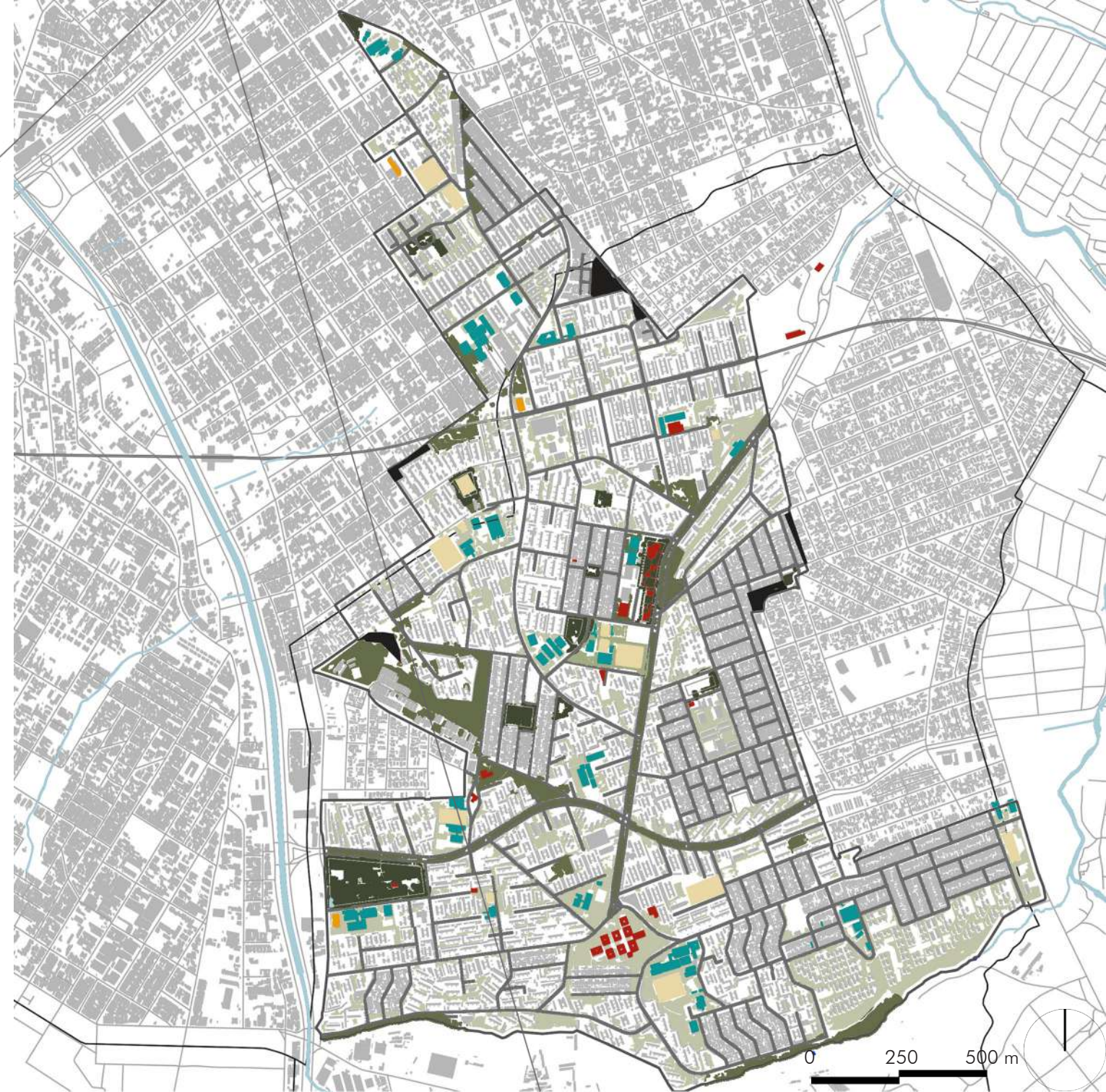
uso e ocupação do solo atual

Neste mapa foi feita uma leitura da disposição no território dos equipamentos educacionais, culturais e de saúde, das áreas ocupadas por favelas e núcleos de moradia, bem como das áreas livres públicas e privadas que compõem o conjunto. A identificação dos usos e do domínio dos espaços não edificadas é de grande relevância para este trabalho, visto que as áreas entendidas como potenciais de intervenção são as públicas, permeáveis e ociosas, resultantes de um parcelamento do solo ineficiente. São as áreas residuais, como estão sendo mencionadas neste caderno.

Para isso, a visita ao local foi de grande importância, que juntamente com um percurso feito pelo Street View, permitiram que alguns dados cartografados pelo GeoSampa fossem atualizados e as funções dos espaços de interesse, identificadas.

- equipamentos educacionais ●
- equipamentos de saúde ●
- equipamentos culturais ●
- quadras e campos esportivos ●
- favelas e núcleos de moradia ●
- praças e parque Raul Seixas ●
- áreas livres e públicas ociosas ●
- áreas livres privadas ●

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

áreas livres e públicas ociosas

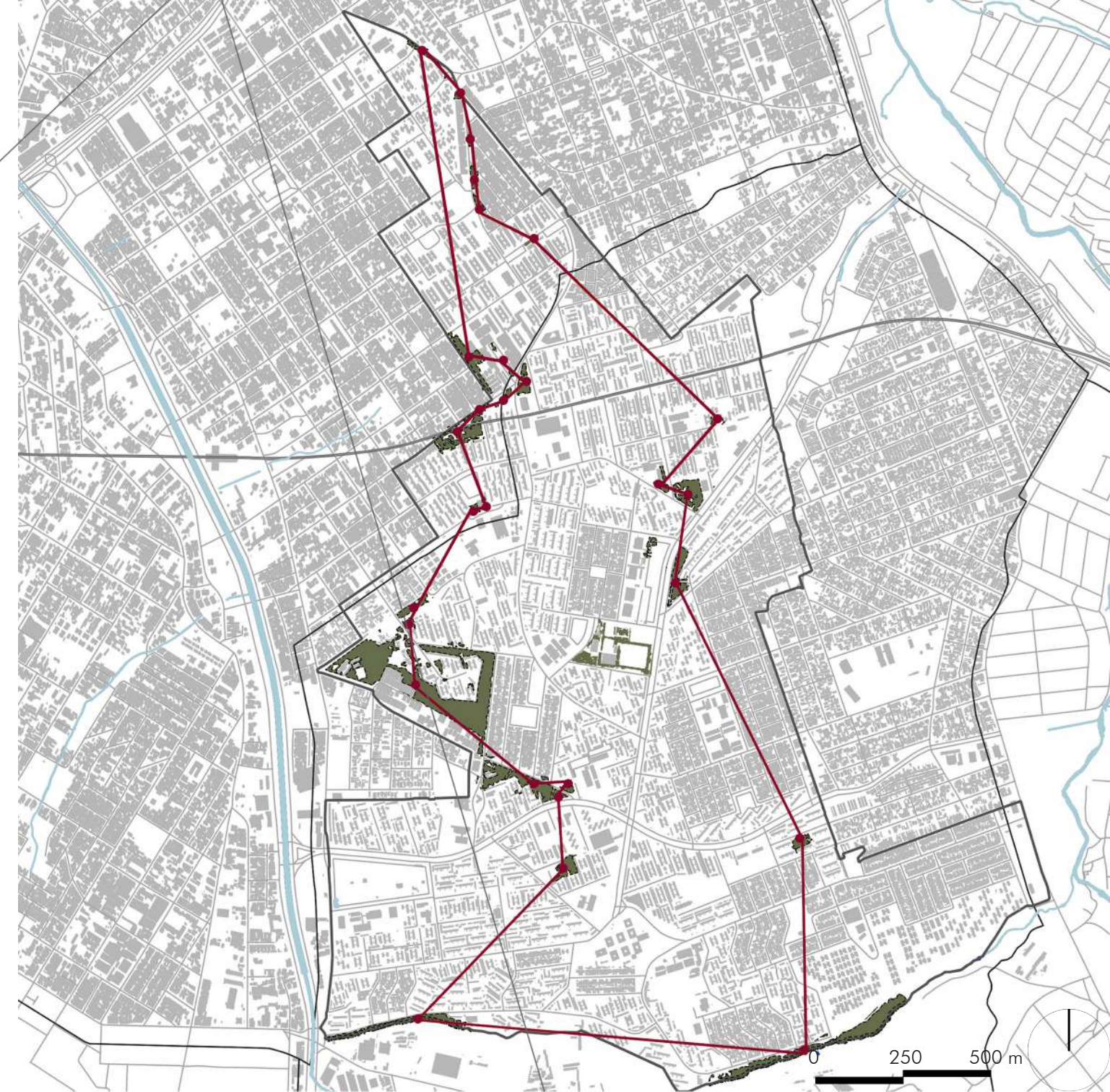
No mapa a seguir, estão destacadas as áreas livres, públicas, permeáveis e ociosas dispersas pelo Conjunto Habitacional José Bonifácio, as quais são entendidas, neste trabalho, como potenciais de intervenção. Portanto, a assimilação da disposição desses espaços no território é de grande relevância para que se compreenda as relações que podem estabelecer com seu entorno.

O polígono formado a partir da interligação dos pontos sobre cada uma dessas áreas respondem a uma metodologia de leitura criada para facilitar a visualização espacial dos elementos em uma escala menor. O polígono representado neste mapa dará origem a uma sobreposição de formas concebidas por meio da interligação de outros elementos cuja relações serão analisadas. Sendo assim, no primeiro momento de leitura, essa metodologia foi utilizada para identificar pontos de atenção dentro da delimitação do conjunto.

Nas páginas seguintes, estão alguns exemplos dessas áreas livres e públicas residuais dispersas pelo conjunto abordado.

corpos d'água —
edificações ●
áreas livres e públicas permeáveis ociosas ●

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual





universo projetual



universo projetual

universo projetual

leitura cartográfica

equipamentos educacionais

O diagrama ao lado sobrepõe os polígonos formados por equipamentos educacionais e áreas livres e públicas ociosas, ambos compreendidos na delimitação do Conjunto Habitacional José Bonifácio.

Percebe-se que as escolas se apresentam bem distribuídas pelo território, visto que o polígono formado por elas percorre todo o conjunto. Nota-se também diversas áreas de intersecção entre as áreas livres analisadas e os equipamentos educacionais, fato que apresenta um potencial para ser reiterado na proposta do sistema apontado neste trabalho.

principais eixos —

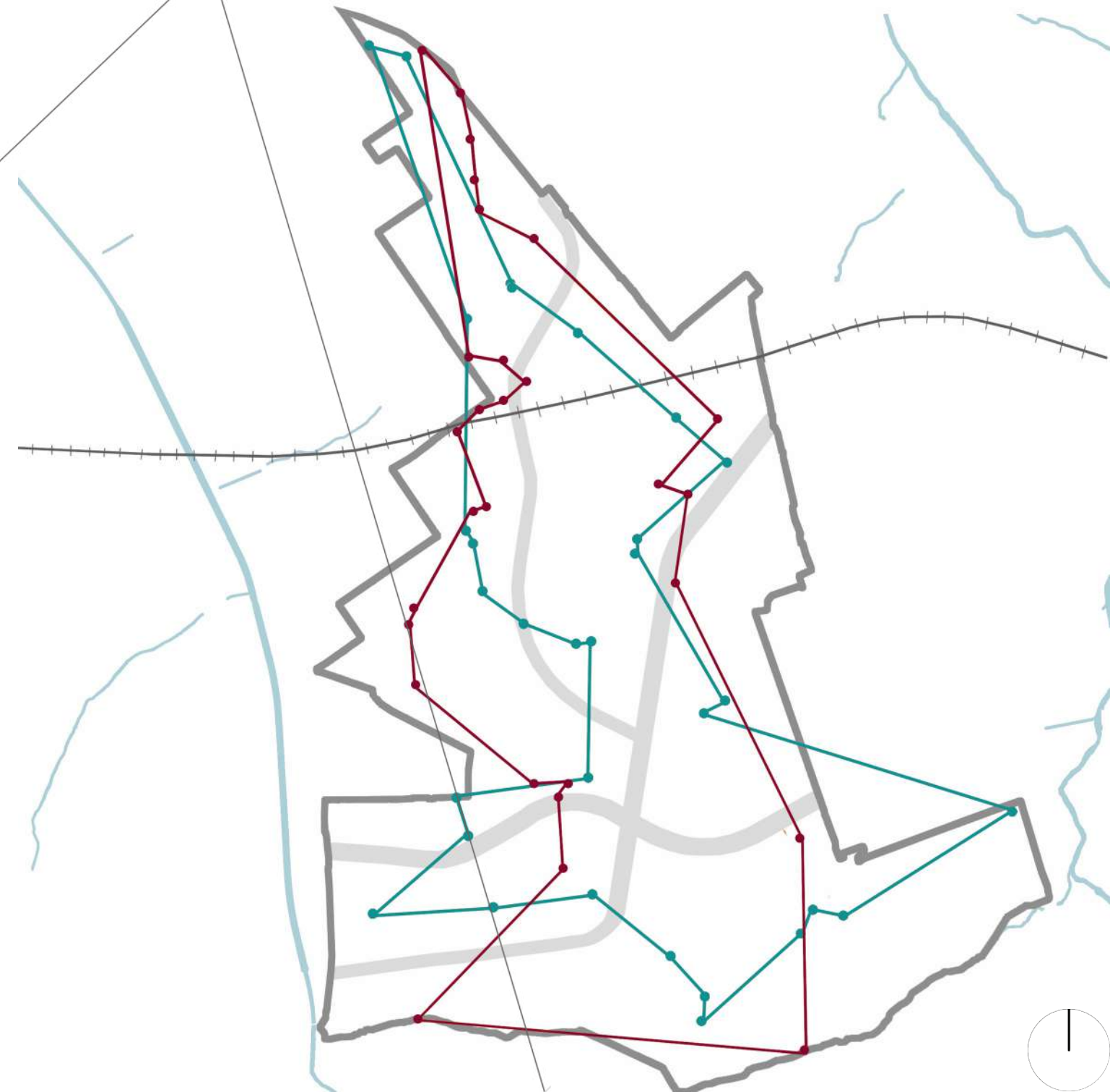
linha férrea +++

corpos d'água —

áreas livres e públicas ociosas ●

equipamentos educacionais ●

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

equipamentos de saúde

O diagrama ao lado sobrepõe os polígonos formados por equipamentos de saúde e áreas livres e públicas ociosas. Percebe-se que os equipamentos de saúde contidos no conjunto são poucos e estão concentrados apenas nas margens do lado esquerdo, o que demonstra uma escassez destes serviços.

Apesar da pouca expressividade quantitativa, os três equipamentos de saúde identificados formam uma triangulação em uma importante área do conjunto, sobretudo quando se observa os principais eixos e a linha férrea.

principais eixos —

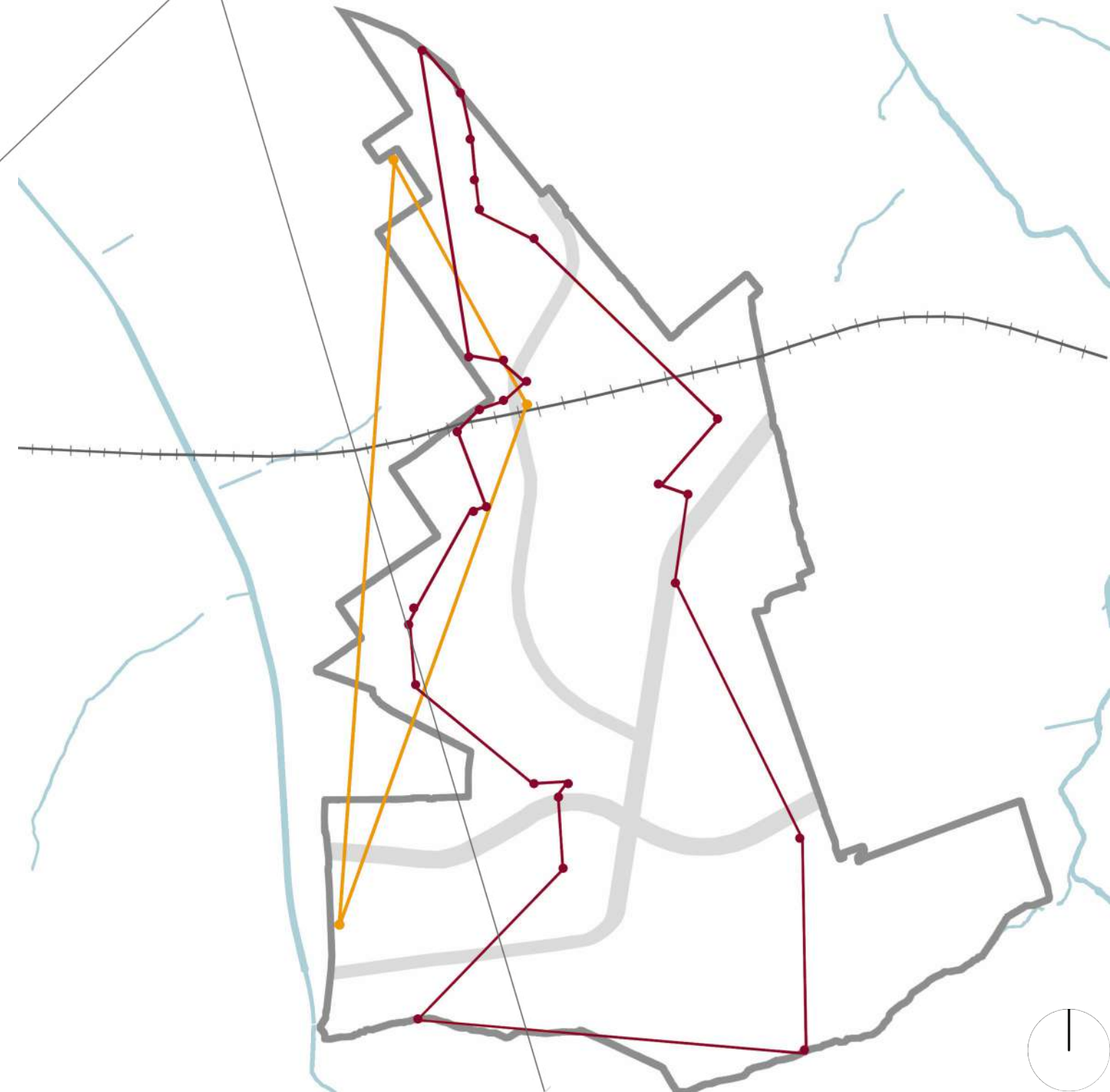
linha férrea +++

corpos d'água —

áreas livres e públicas ociosas ●

equipamentos de saúde ●

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

equipamentos culturais

O diagrama ao lado sobrepõe os polígonos formados por equipamentos culturais e áreas livres e públicas ociosas. É importante reiterar que a camada de equipamentos culturais foi atualizada de acordo com a cartografia elaborada pelo Projeto Cria-Ativa, já exposta anteriormente.

É possível perceber um vetor de condução das iniciativas culturais para o lado direito do conjunto, acompanhando a Av. Nagib Farah Maluf, até a estação José Bonifácio. Nota-se também algumas intersecções entre os polígonos cartografados, sobretudo na região mais central da área delimitada.

principais eixos —

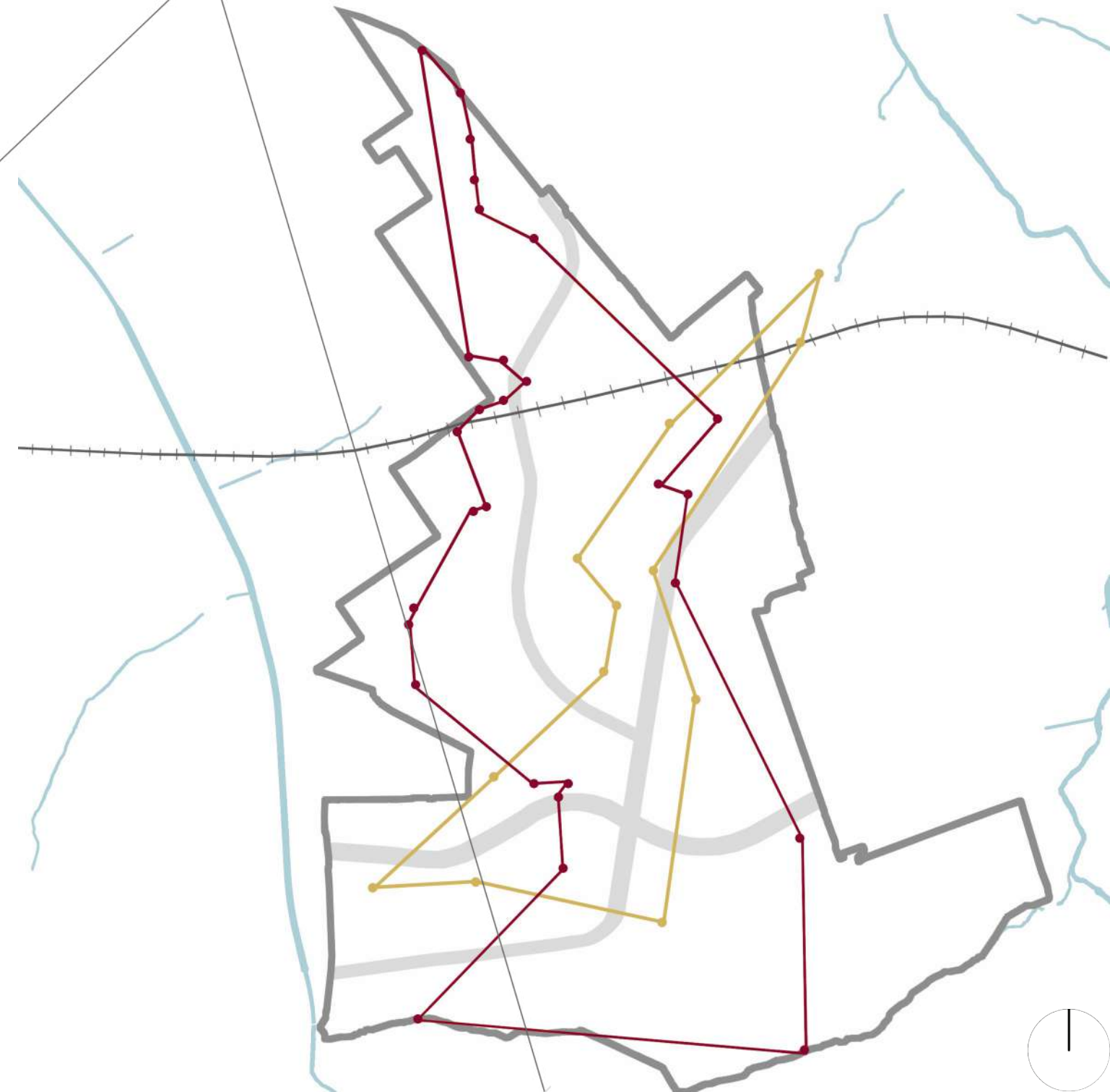
linha férrea +++

corpos d'água —

áreas livres e públicas ociosas •

equipamentos culturais •

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

praças e parque Raul Seixas

O diagrama ao lado sobrepõe os polígonos formados por praças e pelo parque Raul Seixas, unido parque compreendido nos limites do conjunto, e áreas livres e públicas ociosas. A partir da leitura do diagrama, nota-se uma ausência, tanto de áreas livres ociosas quanto de praças ao sul do conjunto, assim como os outros polígonos analisados anteriormente, o que desperta interesse pelas áreas identificadas como potenciais de intervenção nesta área.

Pela baixa quantidade de áreas livres públicas na porção sul do conjunto, espera-se que seja uma região que apresente uma densidade habitacional e populacional bastante elevada. No entanto, já adiantando a informação de densidade demográfica presente posteriormente, mas fazendo um paralelo com a leitura das praças e das áreas livres e públicas ociosas, de acordo com as informações de densidade demográfica fornecidas pelo GeoSampa, a porção sul do conjunto apresenta uma alternância entre densidades muito altas e muito baixas, o que é curioso, diante das perspectivas apresentadas.

principais eixos —

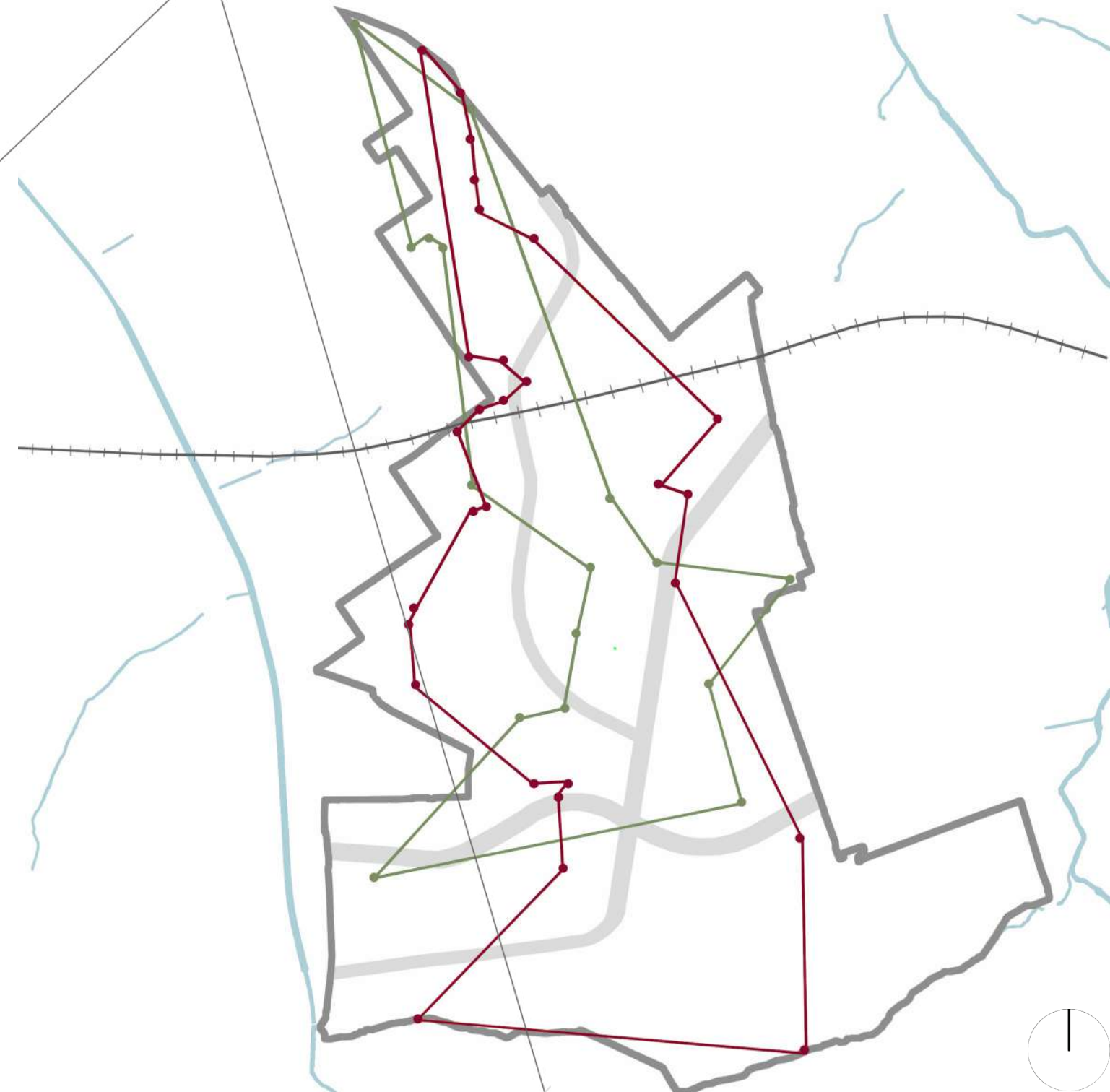
linha férrea +++

corpos d'água —

áreas livres e públicas ociosas ●

praças e parque Raul Seixas ●

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

centralidades

O diagrama ao lado sobrepõe os polígonos formados por centralidades identificadas a partir de relatos e da própria observação dos lugares e áreas livres e públicas ociosas. É importante pontuar que os lugares definidos como centralidades neste trabalho é uma definição da autora a partir das conclusões proporcionadas pela observação e leitura do território, e pelos relatos coletados.

Tanto para Spósito (1991), quanto para Villaça (2001), centralidade é uma condição de determinado lugar, apresentando-se como uma funcionalidade do espaço. Sendo assim, o conceito de centralidade utilizado neste exercício refere-se a pontos de referência e encontro dos habitantes do conjunto.

Esses pontos estão, em sua maioria, concentrados na região central da área delimitada, e próximos uns dos outros. O único que se apresenta mais destacado dos demais é o Parque Raul Seixas.

principais eixos —

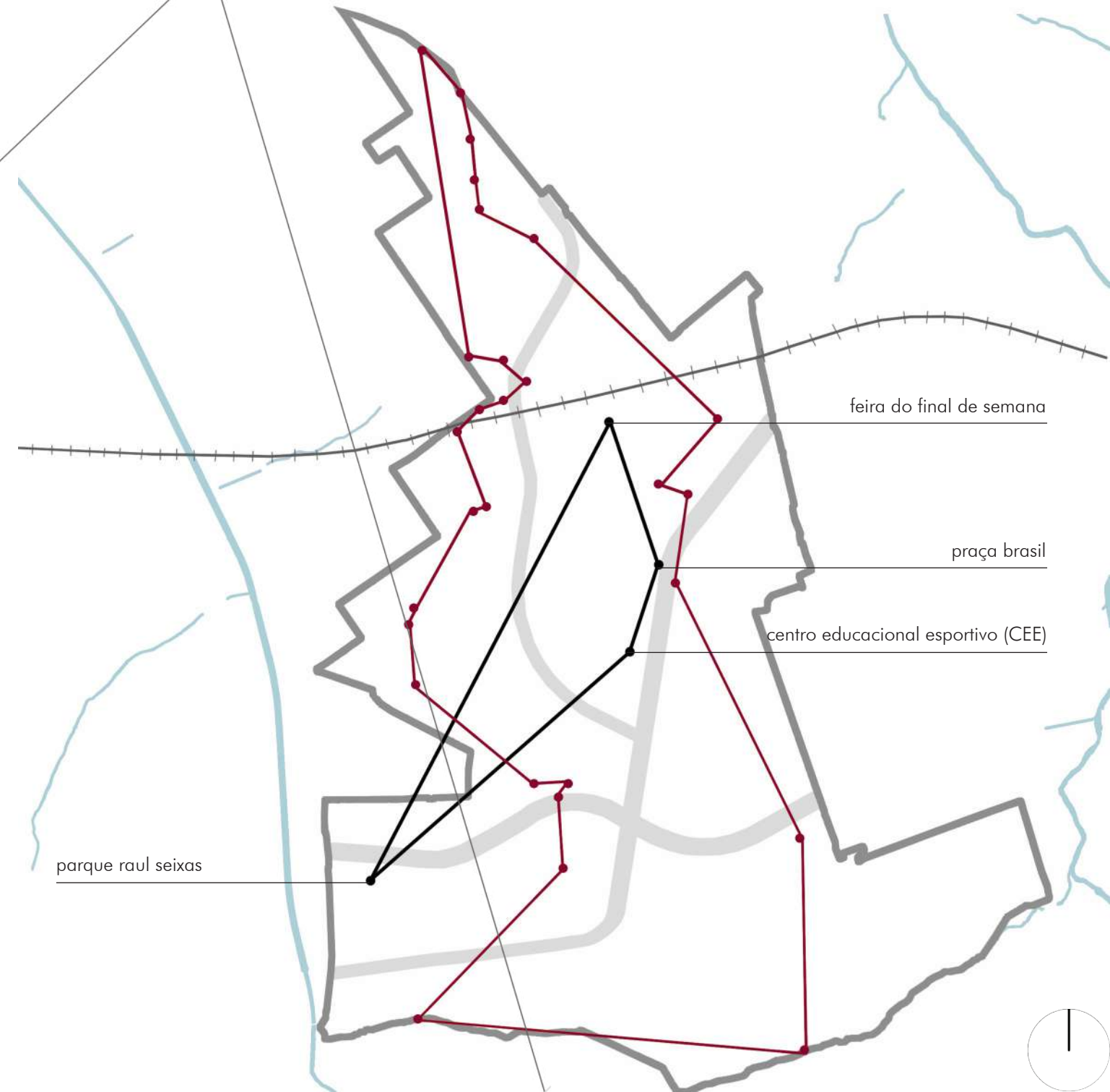
linha férrea +++

corpos d'água —

áreas livres e públicas ociosas •

centralidades •

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

leitura cartográfica

sobreposições à densidade demográfica

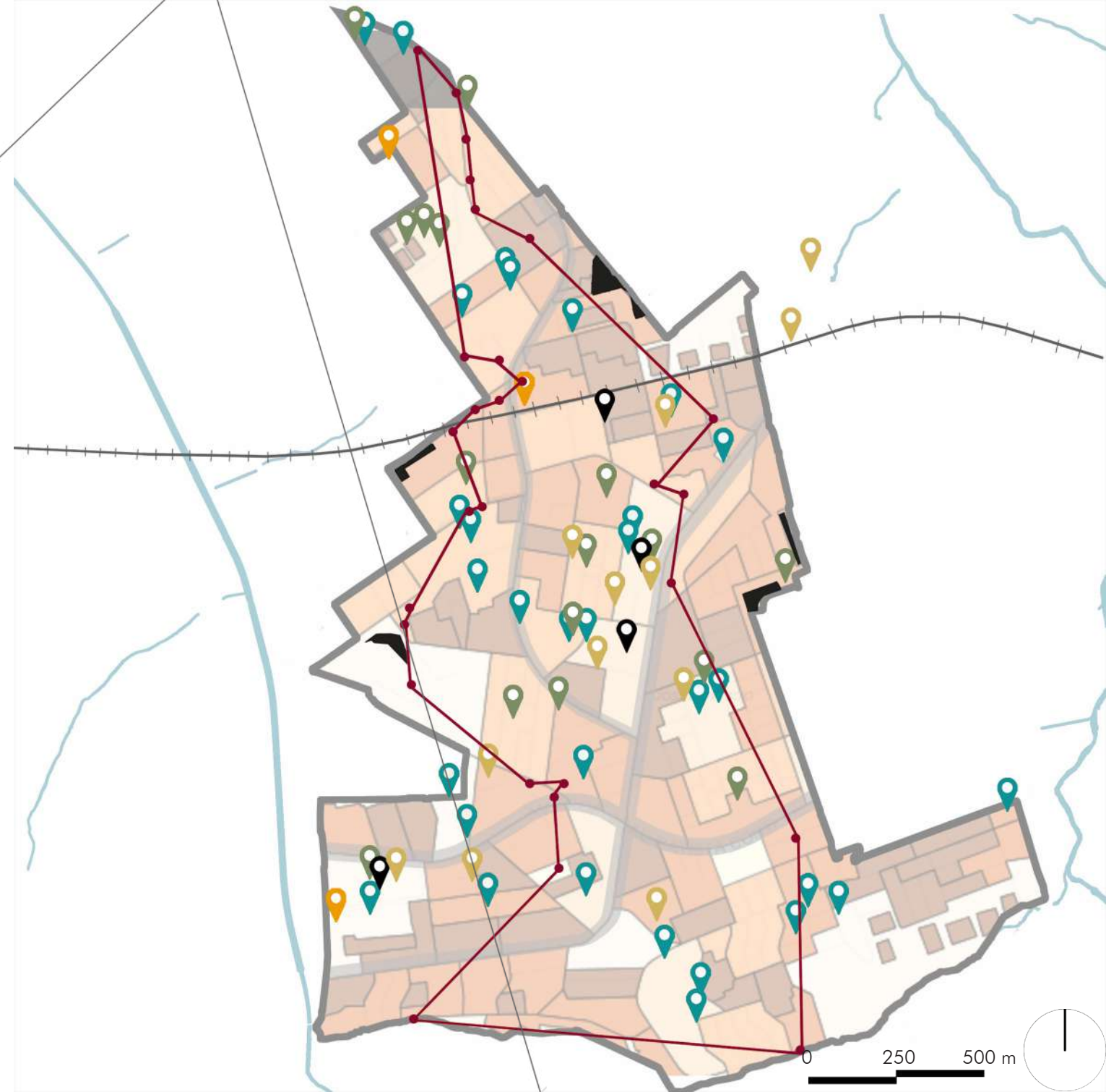
Outra importante sobreposição para a análise espacial do conjunto abordado é a densidade demográfica e os assentamentos precários sob as áreas livres e públicas ociosas, os equipamentos de saúde, cultura e educação, as praças e as centralidades.

A partir das relações estabelecidas, pode-se depreender dessa leitura que as áreas de maior adensamento, sobretudo as próximas dos assentamentos precários, possuem menos equipamentos públicos e praças. Em contrapartida, percebe-se uma escassez de áreas livres e ociosas sobrepostas a essas manchas que indicam maior adensamento populacional. É interessante perceber também que não há um padrão notável de áreas adensadas na configuração do território.

- áreas livres e públicas ociosas ●
- favelas e núcleos de moradia ●
- praças e parque Raul Seixas ●
- equipamentos culturais ●
- equipamentos educacionais ●
- centralidades ●
- equipamentos culturais ●

menos denso mais denso

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



universo projetual

diretrizes de projeto

De acordo com as questões e inquietações que motivaram esse trabalho, os problemas urbanos dos grandes conjuntos habitacionais implantados no bojo da política de habitação da ditadura militar, desperta o incômodo relacionado às precárias condições que enfrentam as pessoas submetidas a esse sistema de moradia. Considera-se, portanto, que o conceito de habitação não está restrito às unidades construídas, mas sim a todo o aporte urbano que permite associar a questão habitacional com o direito à cidade. Dessa forma, é imprescindível que o indivíduo crie uma identificação com o território em que habita, de modo que os laços culturais sejam estabelecidos pelas vivências e relações humanas criadas no lugar.

Com esse projeto, portanto, pretende-se ressaltar essa camada de afetos inerente ao ato de habitar, proporcionando melhores condições de habitabilidade, entrelaçando as áreas livres e públicas ociosas do Conjunto Habitacional José Bonifácio aos equipamentos existentes e, dessa forma, criando percursos de intensa atividade sociocultural. Sendo assim, pretende-se criar um sistema no qual as áreas livres e públicas ociosas do Conjunto possam ser apropriadas a partir da agricultura urbana e articuladas com os equipamentos ao longo do percurso, valorando a identidade da comunidade e incentivando a inserção social.

Diante das leituras apresentadas, entende que a agricultura urbana tem um grande potencial de ser um ponto de convergência entre expressão cultural, relações interpessoais, valorização da identidade, segurança alimentar e manifestação política. Sendo assim, os espaços propostos visam inserir o plantio na rede de equipamentos existentes, criando uma relação sistêmica entre eles.

Por fim, as diretrizes projetuais elencadas foram definidas a partir do desdobramento das leituras do território. Dentro do escopo pretendido, são elas:

- 1) analisar o sistema de equipamentos existentes, reconhecendo as relações entre as áreas de intervenção e os equipamentos existentes;
- 2) valorar áreas livres e públicas residuais do conjunto;
- 3) reconhecer e qualificar as vias que interligam os locais de intervenção;
- 4) criar um sistema de caráter sociocultural, cujos espaços propostos promovam a inserção social apresentando possibilidades de expressão e apropriação, por meio da agricultura urbana;
- 5) tornar visível a questão ambiental, retomando a interação com a água e com a vegetação;
- 6) reconhecer e qualificar um percurso predominante no sistema proposto.

intervenção

“Até o momento, viemos caminhando de acordo com um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento da homogeneização dos espaços e que está nos levando à desorganização social e ao caos urbano. É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada de sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável”.

Raquel Rolnik, 2000

intervenção

situação existente: o ponto de partida

Como já mencionado anteriormente, o principal objetivo deste projeto é iluminar a camada de afetos construída pelos vínculos interpessoais do Conjunto Habitacional José Bonifácio. Para isso, é importante reiterar que o processo de leitura do território e as metodologias criadas para compreender determinadas relações entre as pessoas e o espaço são entendidas como uma ação projetual que resultará em uma proposta de intervenção específica.

Portanto, a partir deste mapa de situação atual, retoma-se a análise dos elementos espaciais, sob o viés das áreas livres dispersas pelo território, visto que o objeto de intervenção está canalizado nas áreas livres e públicas residuais e ociosas do conjunto.

Portanto, a observação e reconhecimento dos usos e domínio de cada um dos espaços livres identificados no mapa apresenta grande relevância para este trabalho, sendo entendido como o ponto de partida para a delimitação das áreas de intervenção.

- áreas livres e públicas ociosas ●
- áreas livres privadas ●
- quadras e campos esportivos ●
- áreas livres e públicas impermeáveis ●
- praças e parque Raul Seixas ●
- vias —

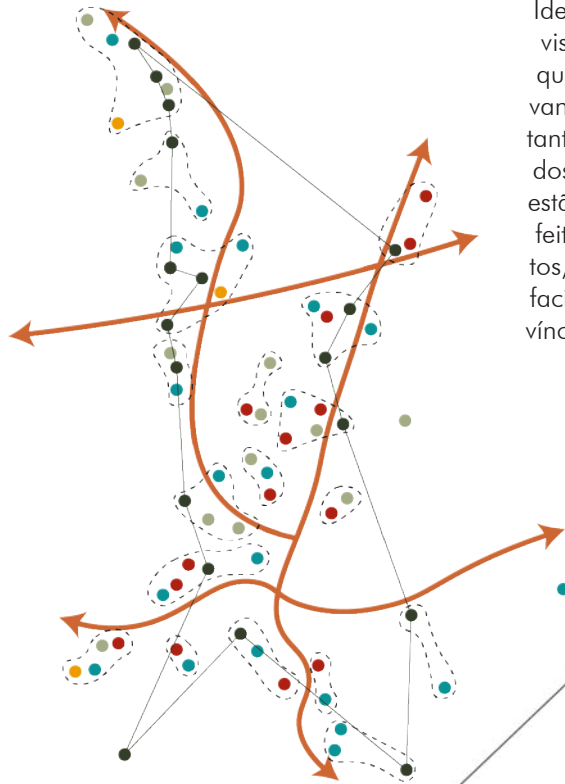
fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



intervenção

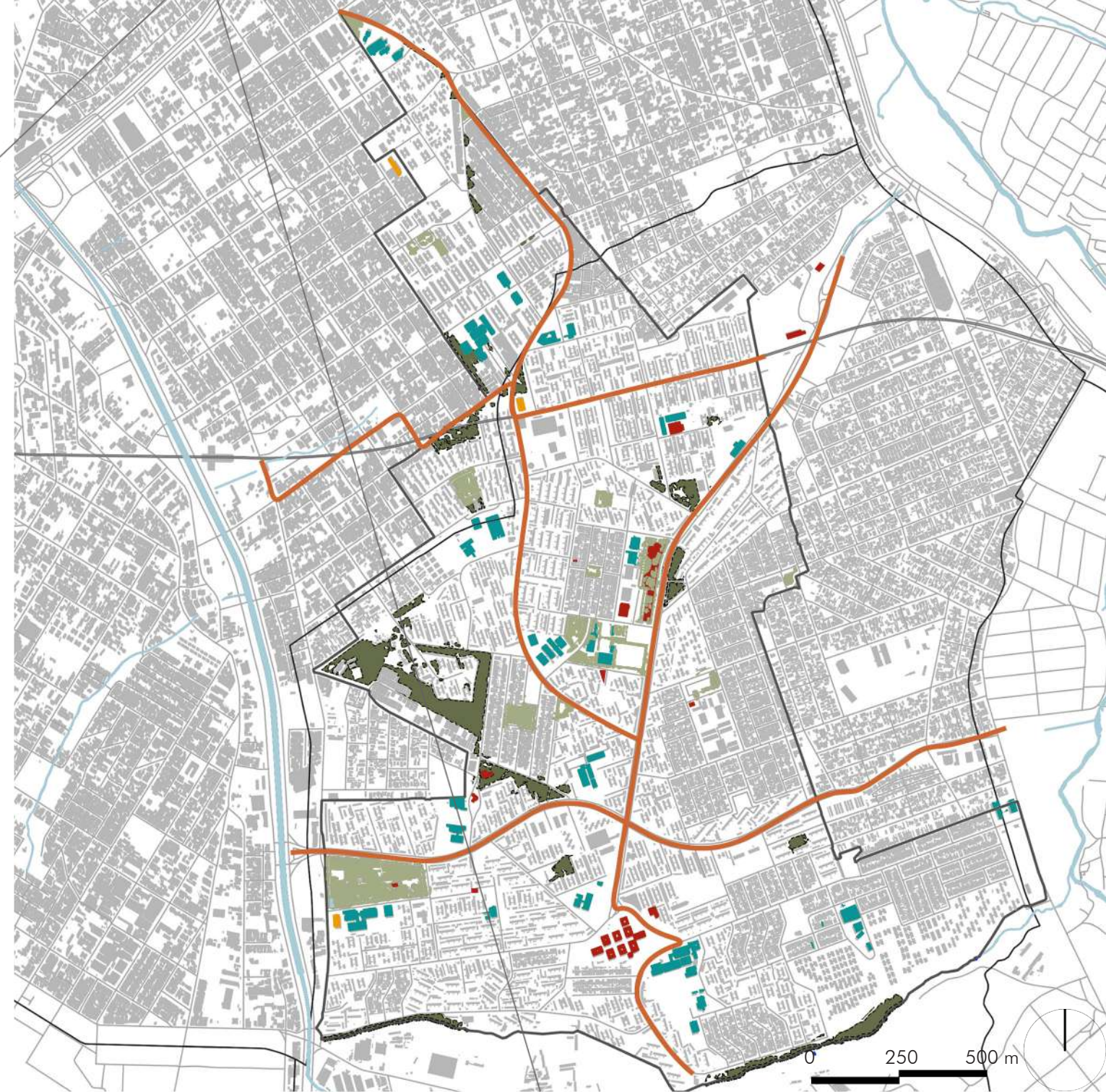
plano de intervenções e conexões

Identificadas as áreas de intervenção, esse diagrama permite a visualização do estudo feito para compreender as relações que cada uma delas estabelece com seu entorno, observando os equipamentos e praças ao redor, conectados tanto por meio dos principais eixos viários identificados, quanto pelo contexto de vizinhança em que estão inseridos. Considerando tal contexto, foi feito um agrupamento desses equipamentos, praças e áreas de intervenção, para facilitar a compreensão dos possíveis vínculos que podem ser estabelecidos entre os espaços.



- equipamentos educacionais ●
- equipamentos de saúde ●
- equipamentos culturais ●
- praças e parque Raul Seixas ●
- áreas de intervenção ●
- principais eixos viários —

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021



intervenção

diretrizes de uso e ocupação das áreas de intervenção

A compreensão do contexto de vizinhança em que cada uma das áreas de intervenção está inserida permite a proposição de diretrizes de uso e ocupação que corresponda ao escopo e intenção do projeto. Neste caso, a análise das relações estabelecidas entre os equipamentos existentes, as praças e as áreas livres e públicas residuais e ociosas do conjunto, bem como do contexto de vizinhança em que estão colocados, admite a formação de uma visão sistêmica acerca dessas conexões e, portanto, os usos propostos estão de acordo com as funções que essas áreas podem cumprir na composição desse sistema.

A partir da leitura do contexto urbano e sociocultural da área de projeto, apresentada nas seções anteriores, conclui-se que esses espaços de intervenção devem responder à uma lógica de sistema baseada na agricultura urbana. Sendo assim, a proposta consiste em cenários urbanos que permitem expressões e apropriações ancoradas no plantio, criando uma relação com as questões sociais, ambientais, políticas e culturais.

O mapa ao lado apresenta diretrizes de uso e ocupação de cada um desses espaços identificados como parte do sistema proposto, a partir dos diferentes e possíveis tipos de agricultura urbana. A proposta é fundamentada em referências que obtiveram êxito, que serão apresentadas nas páginas a seguir.

- equipamentos e praças existentes**
- equipamentos educacionais

equipamentos de saúde

equipamentos culturais

praças e parque Raul Seixas
- proposta de ocupação das áreas livres e públicas residuais**
- áreas de intervenção

canteiro escola e horta comunitária

agrofloresta

pomar

praças e espaços lúdicos

fonte: sobreposições da autora
fonte da base: GeoSampa, 2021





Referência de canteiro escola
Projeto "Horta na Escola", realizado na cidade de Louveira-SP.
A foto retrata a primeira colheita da horta implantada na CECI
Mundo Maravilhoso.
Fonte: Prefeitura de Louveira, 2013



Referência de horta comunitária e plantio agroflorestal
Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana), agricultoras no
Viveiro Escola União de Vila Nova, zona leste de São Paulo.
Fonte: Associação dos Agricultores da Zona Leste, 2021



Referência de pomar
Projeto Minha Semente para o Mundo, no qual a empresa Sementes
Lazarotto implanta e acompanha o desenvolvimento de pomares em
escolas municipais de Entre-Ijuís, no Rio Grande do Sul.
Fonte: Sementes Lazarotto



Referência de espaço lúdico de apropriação
Praça das Corujas, na Vila Madalena, bairro da cidade de São
Paulo. Já mencionada anteriormente, visto que também possui uma
horta comunitária.

Fonte: Blog Áreas Verdes das Cidades

intervenção

implantação geral

O mapa de implantação geral apresenta a disposição dos elementos no território, destacando as áreas que receberam propostas de intervenção. Neste trabalho faz-se muito relevante a questão do trânsito entre escalas geográficas, tanto nas análises quanto nas representações. Aproximações ao nível de visão do pedestre paralelamente à investigação da zona urbana em que as áreas identificadas estão inseridas são parte muito presente neste processo de projeto.

Sendo assim, a escala apresentada nesta implantação possui um caráter de compreensão do território analisado como um todo, mesmo que algumas aproximações fossem necessárias para se chegar neste resultado. A partir dela, podemos depreender a qualidade sistêmica que as áreas de intervenção apresentam, junto dos elementos pré-existentis no espaço.

No entanto, nota-se no mapa algumas áreas de intervenção que extrapolam os limites do conjunto. Essa decisão de projeto corresponde ao recorte espacial feito a partir do entendimento do entorno da delimitação da COHAB que, em concordância com as demandas depreendidas dos relatos de moradores e com o Projeto Cria-Ativa desenvolvido pela comunidade, destaca o eixo entre as duas estações de CPTM que atravessam o conjunto.

- propostas**
- áreas de intervenção
- áreas livres públicas
- trajetos e caminhos do eixo
- pré-existencias**
- comércio
- quadras e campos esportivos
- praças e parque Raul Seixas
- áreas livres privadas
- vias
- corpos d'água

fonte da base: GeoSampa, 2021



intervenção | recorte projetual

experiências urbanas: a teia, o caminhar e o percurso

O recorte espacial feito neste projeto é uma resposta às demandas identificadas por meio dos relatos e análises sistematizados durante o processo de leitura territorial. Sendo assim, ao analisar o contexto urbano da zona leste paulistana e, mais especificamente do distrito de Itaquera, destacam-se alguns pontos: a questão do deslocamento e acesso a outras áreas da cidade, o anseio da comunidade de ganhar visibilidade cultural, tornando-se parte do mapa turístico de São Paulo, e a desqualificação das áreas livres residuais, públicas e/ou privadas do território.

A escolha por qualificar as áreas livres públicas ociosas do conjunto não ignora a problemática da falta de qualidade das áreas de domínio privado, como por exemplo, os espaços entre as lâminas de habitação. No entanto, neste recorte, considerando uma escala mais aproximada de análise, foram apontadas algumas áreas privadas como espaços de intervenção, a fim de compor o percurso proposto.

A partir disso, justifica-se a escolha de qualificar o eixo entre duas estações de CPTM que atravessam o território da COHAB II. Além de representar um importante fator de atração de pessoas vindas de outros locais da cidade, visto que as linhas de CPTM são interligadas à rede metroviária de São Paulo, também apresenta um forte potencial de percurso qualificado, afim de conectar o sistema proposto dentro dos limites do conjunto ao contexto urbano de seu entorno.

Para isso, considera-se o indivíduo como protagonista deste percurso, no qual as experiências urbanas e a imersão em uma narrativa são norteadores da proposta. Dessa forma, a apropriação dos espaços ocorre a partir do caminhar e dos encontros que essa experiência proporciona. Francesco Careri (2013) defende a ideia de que o caminhar transforma a paisagem e cria lugares, a partir da proximidade do vínculo que se cria com os espaços por onde se caminha, o que provoca uma construção simbólica dessa paisagem.

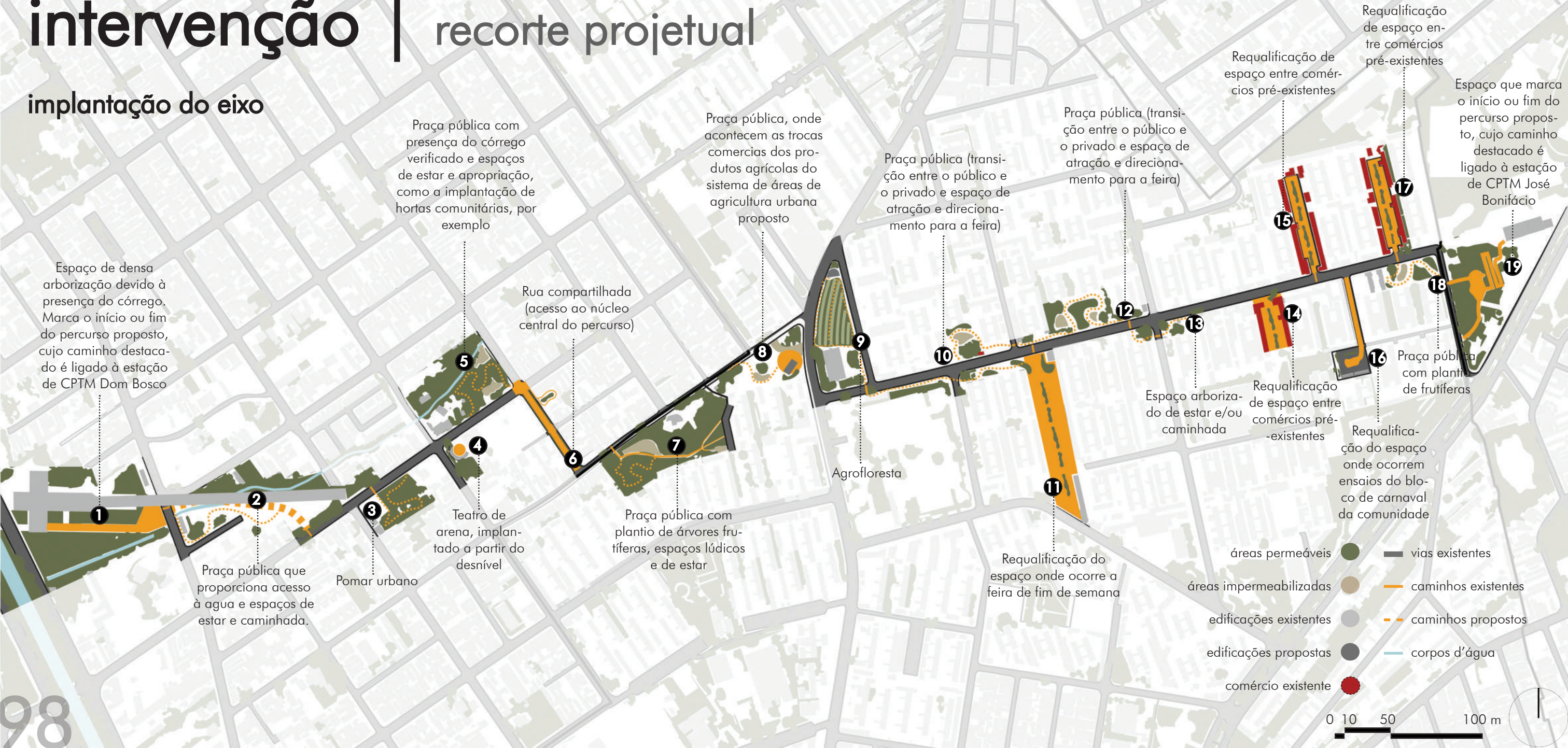
“Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esse lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas entre habitantes da cidade, existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações frequentadas por um não-lugar ou por lugares sonhados”.

Michel de Certeau



intervenção | recorte projetual

implantação do eixo

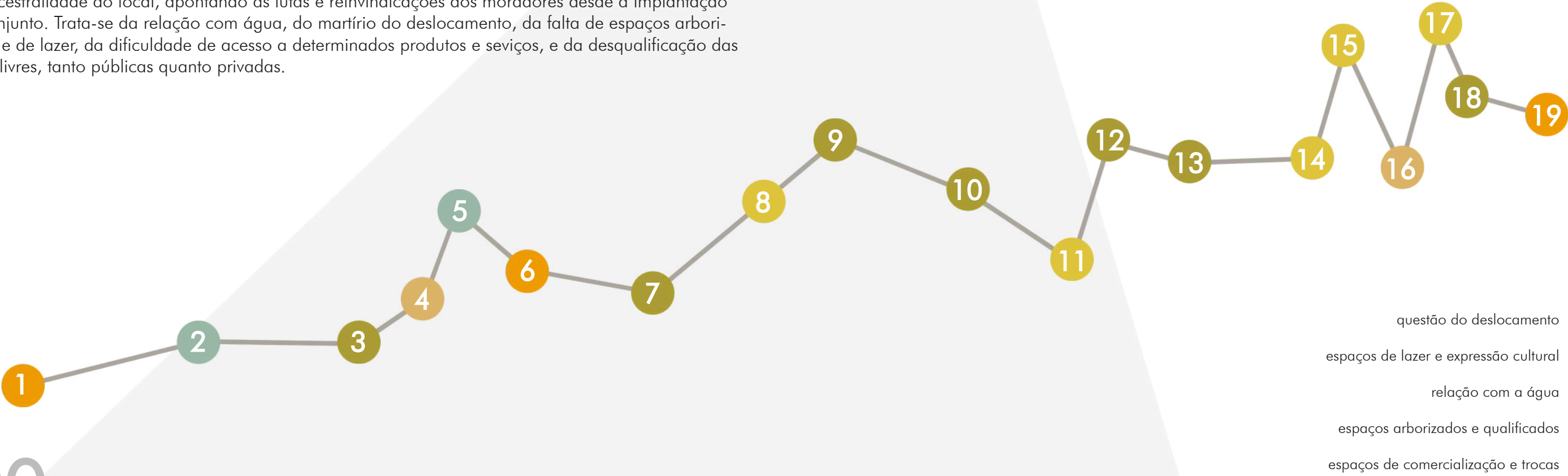


intervenção | recorte projetual

a narrativa do percurso

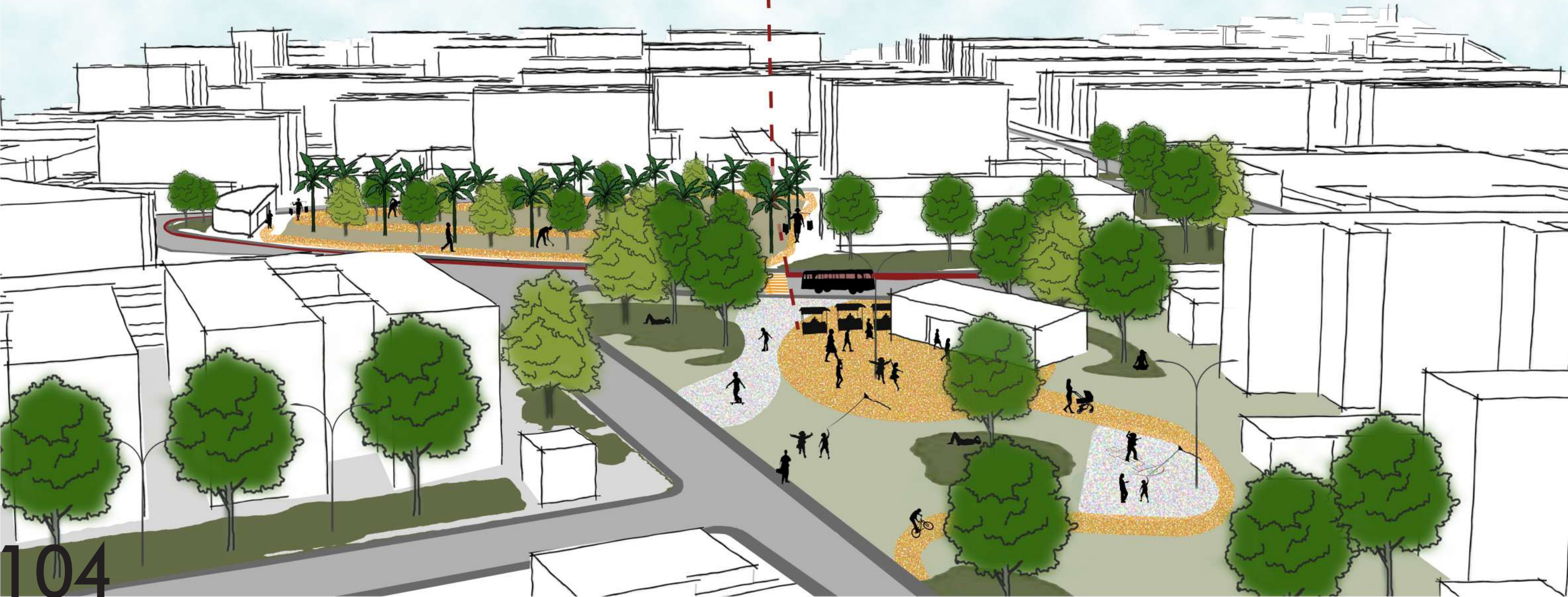
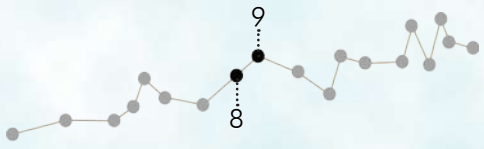
O percurso traçado reúne propostas de espaços públicos com grande potencial de apropriação e expressão da identidade local. Com esse intuito, os cenários urbanos sugeridos foram baseados em elementos contidos nos relatos dos moradores entrevistados pela Paola Hernandez na produção de seu documentário “OcupAÇÃO dos Espaços: Trajetória de lutas e conquistas, que desenvolveram o bairro Cohab José Bonifácio”, cujas narrativas foram apresentadas na seção anterior deste caderno.¹ Sendo assim, o percurso projetado compara-se a uma linha do tempo, em que estão presentes fortes discursos da ancestralidade do local, apontando as lutas e reivindicações dos moradores desde a implantação do conjunto. Trata-se da relação com água, do martírio do deslocamento, da falta de espaços arborizados e de lazer, da dificuldade de acesso a determinados produtos e serviços, e da desqualificação das áreas livres, tanto públicas quanto privadas.

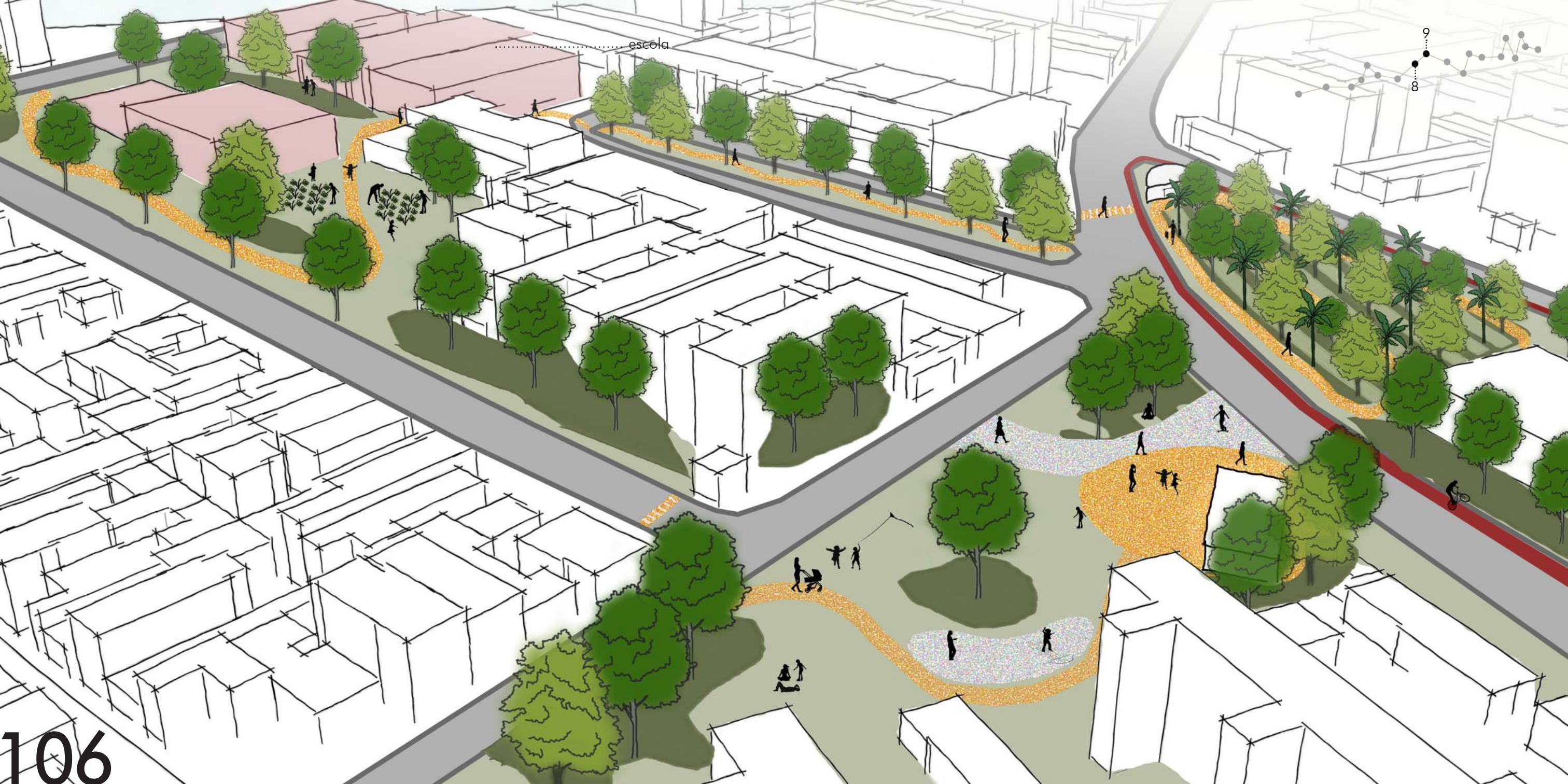
A partir dessa perspectiva, os espaços foram pensados relacionando os elementos disponíveis fisicamente com os discursos coletados, o que foi organizado no diagrama de estudo abaixo. Além disso, alguns componentes espaciais foram destacados no projeto, a fim de evidenciar a unidade e identidade do percurso, como é o caso da diferenciação de piso, feita por meio da cor amarela, e da presença do plantio, componentes presentes em todos os cenários propostos.



¹ As narrativas foram apresentadas na seção “universo projetual: um breve resgate da ancestralidade”.









perspectiva geral do eixo



referências

BENVENGA, Bruna Maria de Medeiros. Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagem: apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos. 2011. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo. O problema e o falso problema. SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Anais, 20º Reunião Anual, 1975.

BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social no Brasil: cem anos de construção de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP: SESC, Volume I, 2014.

BRASIL, Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, 1979.

CALDAS, Eduardo de Lima; JAYO, Martin. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. Confins: revue franco-bresilienne de geographie/revista franco-brasileira de geografia, Marseille, v. 39, p. 01-11, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/18639>

D’ANDREA, Tiajraju. Distâncias geográficas e acercamentos humanos. DiverCidade nº 16. Revista Eletrônica do Centro da Metrópole. São Paulo: 2008.

DE CARTEAU, Michel. Invenção do cotidiano, a: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. La Revolución Urbana. Madrid: Alianza Editorial, 1970.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. 141 p.

MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987.

MENEZES, Marluci. Compreender os micro-processos sociais de criação de espacialidades cinéticas no (re)pensar das práticas de urbanismo. Revista Belas Artes, Ano 6, n.º 15 São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Fillipi Lúcio. Da invisibilidade ao reconhecimento: a (im)posição das periferias nas lutas pela cidadania urbana. Rev. Sociologias Plurais, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 76-96, 2019.

NEGRELOS, Eulalia Portela. Estado, planejamento e habitação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980: a forma urbana conjunto habitacional no quadro da crítica ao Movimento Moderno. São Carlos: IAU-USP, Tese de Livre Docência, 2021, versão revisada.

OcupAÇÃO dos Espaços: Trajetória de lutas e conquistas, que desenvolveram o bairro Cohab José Bonifácio. Paola Hernandez. São Paulo: 2020.

OTERO, Estevam Vanale; MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. A reabilitação de conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo. Revista FAAC, Bauru, v. 1, ed. 1, p. 97-107, 2011.

referências

PATAPAS, Naide. Paisagem habitacional e morfologia urbana: um estudo de caso em Pirituba. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001.

RAMALHOSO, Wellington. Destino Itaquera: o metrô rumo aos conjuntos habitacionais da COHAB-SP. 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2013.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. [S. l.], 2004.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 15.920, de 19 de dezembro de 2013. Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. [S. l.], 2013.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. [S. l.], 2014.

SÃO PAULO, Governo do Estado. A Batalha da Alimentação no governo Montoro. São Paulo: PW. 1987.

SERFATY-GARZON, Perla. L'appropriation de l'espace. In: DICTIONNAIRE critique du logement. [S. l.: s. n.], 2003. p. 27-30.

SPÓSITO, Maria E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. Revista Geográfica, n. 10, p. 01-18, Presidente Prudente/SP, 1991.

TAVARES, Maria S. O processo de trabalho na produção da habitação popular. Estudo de caso: Conjunto Habitacional Itaquera II/III – COHAB-SP. São Paulo, FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 1987.

VIDAL, Tomeu; POL, Enric. La apropiación del espacio: Una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. The UB Journal of Psychology, 2005. p. 281-298.

VIGLIECCA, Hector. A diferença entre o ocupar e o habitar. ArchDaily Brasil, [S. l.], p. s/p, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/885845/a-diferenca-entre-o-ocupar-e-o-habitar>. Acesso em: 22 maio 2021.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Espaço intra-urbano no Brasil. [S.l: s.n.], 2001.